

# Sumário

UNISOL Brasil: a construção coletiva do futuro	05
Reflexões, análises das perspectivas	10
Cooperativas Sociais, o lado mais humano da Economia Solidária	12
Caminhando juntos em prol da Economia Solidária	14
A importância das parcerias internacionais na caminhada da UNISOL Brasil	18
Setoriais: organização, fortalecimento, articulação e solidariedade entre os empreendimentos	21
SEBRAE Nacional e UNISOL Brasil alavancam empreendimentos solidários no país	22
Balanço geral - UNISOL Brasil / SEBRAE Nacional	25
Políticas Públicas de Economia Solidária: o Estado também é nosso!	29
Competência e responsabilidade socioambiental	32
BNDES: mais crédito para o desenvolvimento da Economia Solidária	34
Empreendimento solidário: desafio diário na busca da sustentabilidade	36
A importância da assessoria para uma gestão competente	39
Formação, a base do Cooperativismo	42
Por uma nova legislação para o Cooperativismo	44
UNISOL Finanças	47

DIVULGAÇÃO



Ao Leitor

**É** com grande satisfação que a UNISOL Brasil, juntamente ao SEBRAE Nacional, apresenta, nas páginas a seguir, o trabalho desenvolvido em conjunto com grandes parceiros ao longo dos últimos três anos, no âmbito do Programa de Inclusão e Organização Produtiva dos Empreendedores e Cooperados.

A UNISOL Brasil é a soma dos sócios trabalhadores engajados em empreendimentos econômicos solidários, apoiados por parceiros públicos e privados. Parcerias dinâmicas, antigas e novas, nacionais e internacionais e algumas que até se confundem com a própria UNISOL Brasil remontam à sua fundação. Como, por exemplo, aquelas com a Central Única dos Trabalhadores – CUT, e o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, com a Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS, e com o Sistema Nacional de Cooperativas e Crédito Solidário – ECOSOL; também as internacionais, com a Itália e a Espanha, todas vitais à sua viabilização. O apoio de outros países com experiência no cooperativismo e autogestão, como o Canadá e a Holanda, ainda, a Argentina e o Uruguai, trouxe maturidade a esse projeto.

O Estado, pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, por meio da SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, pelo Ministério do Desenvolvimento Social – MDS e por representações locais, de governos estaduais ou municipais, foi e é peça fundamental para a estruturação de uma Política Pública Nacional de apoio e estímulo à Economia Solidária, ainda em construção.

Empresas e bancos públicos, como a Fundação Banco do Brasil, a PETROBRAS, o Banco do Brasil e o Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES, foram essenciais para o financiamento de projetos, de ações e dos próprios empreendimentos – as unidades que garantem o bem-estar das pessoas que hoje são a UNISOL Brasil.

Parceira de longa data, a UNITRABALHO, com sua atuação nacional e penetração no meio acadêmico, foi uma grande aliada para a produção e transmissão de novas ideias que ajudaram na construção do que hoje se conhece por Economia Solidária.

A UNISOL Brasil agradece o empenho de todos os parceiros envolvidos no projeto, que trabalharam para a construção política, para o resgate social dos excluídos e para o fortalecimento econômico dos empreendimentos, na busca pelo fortalecimento do tripé que dará sustentação à Economia Solidária no Brasil.

*Arildo Mota Lopes*  
Diretor-Presidente da UNISOL Brasil.



MARCIA GOUTHIER ASN

Ao Leitor

**U**nir para fortalecer é receita antiga – passada de geração para geração – que continua a dar bons resultados. Quando o assunto é empreendedorismo de pequeno porte, como uniões, associações, cooperativas, qualquer forma de trabalho conjunto se mostra mais eficaz para a sobrevivência e ampliação desse tipo de negócio.

Mas só estar unido não basta. É preciso criar competência para gerir esses empreendimentos, saber identificar oportunidades de negócios, desbravar novos mercados, profissionalizar a gestão e melhorar a qualidade de produtos e serviços oferecidos.

A parceria entre o SEBRAE e a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL Brasil) está no terceiro ano e as 99 cooperativas atendidas pelo convênio, que atuam nas mais diversas atividades, têm experimentado avanços expressivos na administração de seus negócios, conforme mostram reportagens e balanços apresentados nesta edição.

A Economia Solidária é um conceito recente, baseado na experiência histórica do cooperativismo. O que muda é a ideia de, além de gerar emprego e renda, trabalhar na construção de um ambiente socialmente justo e sustentável.

Nesse ponto, além do trabalho que estamos desenvolvendo junto a essas cooperativas, é importante destacar a união de esforços a partir do projeto Territórios da Cidadania. O governo federal identificou 60 territórios, com baixo IDH, principalmente nas regiões Norte e Nordeste do país, os quais serão beneficiados já neste ano de 2008.

Em vários deles, já estamos presentes e vamos repassar mais recursos para intensificar o trabalho que vem sendo desenvolvido. Com a atuação do programa, que visa a combinar financiamentos do PRONAF com assistência técnica, infra-estrutura básica, saúde e educação, teremos uma potencialização de resultados e uma melhoria ainda mais significativa no aumento da renda das famílias, no faturamento dos empreendimentos e na diminuição das desigualdades regionais.

*Paulo Okamoto*  
Diretor-Presidente - SEBRAE Nacional.

# Expediente

**Revista Programas de Inclusão e Organização Produtiva dos Empreendedores Cooperados**

## Publicação de

**UNISOL Brasil – Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários**  
Endereço: Travessa Monteiro Lobato, 95 – São Bernardo do Campo/SP – Brasil - CEP 09721-140  
Telefone: (11) 4127 4747  
www.unisolbrasil.org.br  
Presidente: Arildo Mota Lopes

**SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas**  
Endereço: SEPN - Qd. 515 Bl. "C" - Lj. 32, Brasília/DF - CEP: 70770-900  
Telefone: (61) 3348-7100  
Site: www.sebrae.com.br  
Presidente - Paulo Okamoto

**Unidade de Atendimento Coletivo - Agronegócios**  
Gerente: Juarez de Paula  
Coordenadora do Projeto SEBRAE-UNISOL: Newman Costa

## Projeto Gráfico, Coordenação Editorial, Entrevistas, Redação e Revisão

**M. Giora Comunicação**  
Endereço: Alameda Lorena, 800 – cj 707 - São Paulo/SP – CEP 01424-001  
Telefone/Fax.: (11) 3885 0183  
www.mgiora.com.br

Circulação: 70.000 exemplares

## UNISOL Brasil: a construção coletiva do futuro

*O surgimento da UNISOL Brasil deu mais qualidade ao cooperativismo, despertando consciências e dando suporte a novos avanços.*

**N**a década de 90, muitas empresas faliram, aumentando o desemprego e a pobreza. Nesse cenário, a Central Única dos Trabalhadores, a CUT, passou a organizar diversas iniciativas de Economia Solidária como alternativas de trabalho e renda, assim, o cooperativismo ganhou força no Brasil.

“Em 1995, iniciamos um trabalho com os funcionários da Uniforja, em Diadema”, conta Tarcisio Secoli, diretor-executivo da UNISOL Brasil e membro da CUT. A Uniforja, Cooperativa Central de Produção Industrial de Trabalhadores em Metalurgia, composta por Coopertratt, Cooperlafe e Cooperfor, surgiu da falência da Conforja, uma fábrica de anéis laminados que deixou 600 funcionários desempregados em 1997.

“No período em que a Conforja faliu, outras metalúrgicas também fechavam as portas, surgindo várias cooperativas. Assim, constituímos a Uniforja”, conta José Domingos Peres dos

Santos, presidente da Uniforja.

A estratégia foi bem sucedida: a Uniforja saltou de 280 para 600 trabalhadores e é a maior fabricante de flanges e conexões de aço forjado da América Latina, exportando para os Estados Unidos, Venezuela, Uruguai, Argentina e Chile.

### *O salto à frente*

Em 1996, Luís Inácio Lula da Silva, hoje presidente da República, foi convidado pelo governo italiano a conhecer as iniciativas da Economia Solidária naquele país. Entusiasmado, Lula incentivou sindicalistas a conhecer as iniciativas italianas e estudar a possibilidade de implantação da experiência no Brasil.

Uma comitiva de sindicalistas, que incluía o atual ministro da Previdência, Luiz Marinho, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, esteve na Itália para conhecer as centrais de cooperativas. Dessa viagem re-

sultou um convênio entre as Centrais Italianas e o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, para um intercâmbio entre os dois países. Também foram feitos contatos com a Federação das Empresas Laborais da Catalunha, Espanha.



Tarcísio Secoli,  
Diretor-Executivo da  
UNISOL Brasil.

Em 1999, foi realizado um seminário envolvendo delegações da Espanha, Itália e Brasil. Ali foram lançadas as bases para a criação da UNISOL Brasil. No mesmo ano, a CUT aprovou em congresso a criação da Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS.

“No início, nós enfrentamos uma série de problemas, entre eles a pouca ação prática”, diz Tarcísio Secoli que está na UNISOL desde sua

fundação e faz parte da direção. “Também havia dificuldade do Poder Público em entender que o papel da ADS era auxiliar no processo de organização e divulgação do cooperativismo, e não o de elaborar políticas públicas e incubar cooperativas, função depois assumida por entidades como o SEBRAE, órgãos do governo e algumas universidades”, diz ele. Alexandre Antonio da Silva, assessor da diretoria da UNISOL Brasil, completa: “A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) foi mais um avanço, pois em 500 anos nunca um governo havia pensado em Economia Solidária”.

### Surge a UNISOL Brasil

A UNISOL São Paulo surgiu em 2000, como expressão da necessidade de construção de uma iniciativa coletiva, baseada no espírito de solidariedade entre os trabalhadores. Ela foi a base para o surgimento da UNISOL Brasil, fundada em 2004.

“A UNISOL Brasil foi criada com o objetivo de organizar, representar e articular as coo-

perativas, associações e outros empreendimentos autogestionários da Economia Solidária, a fim de promover a igualdade social e econômica, a dignidade humana, o desenvolvimento sustentável e estabelecer compromisso com a defesa dos interesses reais da classe trabalhadora”, diz Arildo Mota Lopes, atual presidente da entidade. “O objetivo não é enriquecer. Mas propiciar vida mais digna aos trabalhadores; plano de saúde, boa educação para os filhos, transporte e fartura na mesa”, contribui Alexandre.

“Começamos apenas com 13 empreendimentos filiados à UNISOL São Paulo, mas, no período de 2000 a 2004, sentimos a necessidade de expansão, pois somente em São Paulo já tínhamos 25 cooperativas”, lembra Arildo. Com o apoio da ADS, CUT, ECOSOL, UNITRABALHO, Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e outros parceiros, além da assistência fundamental do SEBRAE e de parceiros internacionais, conquistamos mais 82 empreendimentos durante o Congresso de 2004, em 2006, saltamos para 180 e, hoje, contamos com 230 associados em 18 estados e temos faturamento bruto anual de R\$ 1 bilhão. A meta é atingir 500 associados até o final de nossa gestão, junho de 2009.”

Foi com a ajuda da UNISOL Brasil que Antonio Pires deu os primeiros passos rumo à fundação da Uniferco, empresa de material elétrico que surgiu após a falência da Moferc, em 2002, sendo hoje seu presidente. Atualmente, a empresa fornece materiais para a USIMINAS, PETROBRAS e fatura cerca de R\$ 2,5 milhões anuais. “É imprescindível



### O Primeiro Presidente

Falta de energia elétrica, de cooperados capacitados, de verba e matéria-prima. Esses foram os principais empecilhos enfrentados em 2000, na gestão do primeiro presidente da UNISOL São Paulo, Enefino Pereira.

O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e a Prefeitura de Santo André apoiaram a UNISOL São Paulo. A ADS foi imprescindível na difusão dos segmentos de indústria têxtil e metalurgia. “Foi um grande passo, já que,

no começo, os trabalhadores não acreditavam no sistema”, diz Pereira.

Ele trabalhou na Conforja, cuja falência foi o ponto de partida para a criação do cooperativismo hoje organizado na UNISOL Brasil. Pereira liderou comissão de fábrica composta por oito trabalhadores e fundou a Associação dos Trabalhadores da Conforja, com o objetivo de discutir alternativas para evitar o desemprego dos 600 funcionários.

“Quando, finalmente, a fábrica fechou as portas, reunimos os funcionários e fizemos um seminário sobre cooperativismo”, recorda. “No início, os trabalhadores demonstravam muita resistência, mas depois estruturamos a Coopertratt, os trabalhadores foram aderindo e surgiram cooperativas de vários segmentos em Diadema, Santo André e São Bernardo. Toda essa experiência nos levou à direção da UNISOL São Paulo”.

### A Pioneira



Miriam Valéria Dias é tesoureira da Uniferco, fábrica de alumínio que surgiu após a empresa Moferc falir, em dezembro de 2002, e hoje tem 25 cooperados e 14 celetistas. “Sou a única mulher da Uniferco ligada ao regime de cooperativa. É uma luta constante”, ela faz questão de dizer.

“No começo, não tínhamos noção de cooperativismo”, diz Miriam. “Não sabíamos como deveria ser o primeiro passo e tivemos o apoio da UNISOL Brasil e do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Todos fizeram cursos de cooperativismo. Eu fiz administração financeira.”

Ainda segundo Miriam, os membros da Uniferco não tinham retiradas, e empreendimentos filiados a UNISOL ajudaram, doando cestas básicas e apoiando sua luta. “Os trabalhadores queriam ser empregados, ser proprietário era uma experiência que os deixava inseguros”, conta ela. “A UNISOL Brasil também nos apoiou através de palestras sobre o cooperativismo”.

Ela completa que, graças ao apoio e incentivo que receberam, hoje a Uniferco tem o certificado ISO 9002, e finaliza: “Cooperativa é um projeto de vida em que os cooperados podem acreditar no crescimento. A união é caminho para o sucesso”.

divulgar essa política de revolução sem armas. Não troco esse movimento por nada, aprendi muito a ajudar a sociedade com a Economia Solidária”, diz ele.

### Cooperativismo - princípios

- **Livre acesso e adesão voluntária:**

Trata-se, em síntese, de uma porta aberta, tanto para entrar quanto para sair, que possibilita o acesso de qualquer pessoa que queira fazer parte do empreendimento, desde que a cooperativa necessite, ou deixá-lo se assim desejar.

- **Gestão democrática dos membros:**

As principais decisões são tomadas em assembléia pelos sócios, visto que cada um tem o mesmo direito de voz e voto, independente de seu tempo de serviço e valor de cotas partes.

- **Participação econômica dos sócios:**

Os sócios participam do rateio das sobras ou dos prejuízos do empreendimento referente ao exercício.

- **Autonomia e independência:**

O empreendimento tem livre arbítrio para decidir sobre sua gestão e escolher quem são seus parceiros econômicos e sociais.

- **Educação, formação e informação:**

O empreendimento tem preocupação em promover a formação e capacitação política e técnica contínua dos seus trabalhadores.

- **Intercooperação:**

Baseia-se na união de três princípios indissociáveis ao sucesso das ações: ajuda, cooperação e solidariedade entre os empreendimentos.

- **Preocupação com a comunidade:**

Os empreendimentos trabalham em benefício do desenvolvimento econômico, social e ambiental das comunidades onde estão instalados.

### Os avanços, as dificuldades e o futuro

A expansão da UNISOL Brasil se estruturou com foco na formação de redes e cadeias produtivas, fator essencial para fortalecer os empreendimentos que atingiram maior geração de renda no planejamento da Economia Solidária. A entidade contribuiu para a recuperação de 25 empresas, totalizando um faturamento bruto anual de R\$ 742 milhões.

Segundo Tarcisio Secoli, a comercialização e a venda dos produtos das cooperativas ainda dependem do capitalismo tradicional. “Um dos desafios da UNISOL Brasil é realizar um trabalho junto aos empreendimentos, para alterar a cultura dos trabalhadores, acostumados a produzir sob a lógica do capital”, explica ele.

Outra dificuldade diz respeito à falta de recursos financeiros e de profissionais especializados na área do cooperativismo para dar suporte aos empreendimentos.

Há, ainda, a necessidade de uma formação política maior entre os cooperados e, também, mais apoio do Poder Público. “O estado tem que assumir o seu papel, dando mais apoio aos empreendimentos”, reclama Secoli.

Hoje a UNISOL Brasil tem experiência para desenvolver empresas recuperadas e outras iniciativas que se tornaram referências nacionais, como a Justa Trama, no setor de confecção e têxtil, Biojóias, na região amazônica, referência em preservação ambiental, ou, ainda, a Casa Apis, no Piauí e em outros estados do Nordeste. Também é necessário destacar a importância de setoriais econômicos como fruticultura, metalurgia, construção civil, ar-

tesanato, reciclagem, entre outros, que vêm apresentando expressivos resultados.

“No processo de consolidação do cooperativismo, a UNISOL Brasil contribuiu significativamente na divulgação dos resultados. A população precisa saber que o sistema de cooperativismo social não é caridade. É uma empresa com sócios empenhados na produção e na obtenção de resultados”, opina José Domingos.

“O futuro do cooperativismo é a construção coletiva”, diz Secoli. “Nesse sentido, é fundamental destacar a importância do debate permanente entre os cooperados, a expansão das propostas e, acima de tudo, a preservação dos princípios e valores do cooperativismo”. ■



ELZA FIUZA/ ABR

### Ministro Luiz Marinho

*“UNISOL Brasil é ferramenta de transformação social.”*

Para mim, é uma honra falar da UNISOL Brasil, uma das primeiras experiências cooperativistas constituídas com o apoio institucional do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. As discussões internas que definiram a missão, os objetivos e a estrutura da UNISOL ocorreram no final de 1999, época em que estive à frente da presidência do Sindicato, contando, além da nossa participação, também com representantes de cooperativas, do Sindicato dos Químicos do ABC e do Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba.

A UNISOL São Paulo, teve sua experiência e ações conhecidas em todo o Brasil, entretanto, sua atuação estava restrita somente ao Estado de São Paulo, e com a crescente demanda percebeu-se a grande necessidade de uma entidade de representação no âmbito nacional. Dessa forma, em agosto de 2004, foi realizado o congresso de fundação da UNISOL Brasil, em São Bernardo do Campo, São Paulo, com a participação de 82 empreendimentos de todas as regiões do Brasil,

e o apoio de parceiros nacionais e internacionais

A fundação da UNISOL Brasil expressa um novo momento histórico e tem como objetivo um ousado e corajoso projeto de crescimento para os próximos anos e décadas. Evoluindo, a partir de iniciativas isoladas há dez anos atrás, esse novo cooperativismo já representa hoje uma soma significativa de empreendimentos. E declara a convicção de que é possível seguir nesse avanço até atingir patamares semelhantes aos das experiências internacionalmente reconhecidas, responsáveis por parcela significativa da economia mundial.

A UNISOL Brasil se constitui como mais uma ferramenta de organização democrática da classe trabalhadora brasileira e se propõe a contribuir como personagem destacado na jornada histórica que visa à transformação estrutural da sociedade brasileira, no sentido da justiça social, do combate à exclusão e às desigualdades, na busca de uma convivência humana libertada de todas as marcas da opressão.



## Reflexões, análises das perspectivas

Por Marcelo Kehdi Gomes Rodrigues,  
Diretor-Tesoureiro da UNISOL Brasil.

CÉSAR OGATA

A UNISOL Brasil vem crescendo significativamente nos últimos anos, sempre preocupada em manter-se em sintonia com as necessidades dos empreendimentos filiados e dentro dos princípios da Economia Solidária. A cada passo, procura fortalecer e expandir sua rede de representação e, com sua força crescente, busca contribuir para a construção de uma Economia Solidária, legítima e brasileira.

Nós da UNISOL Brasil enxergamos a Economia Solidária e o cooperativismo como uma forma de valorização dos laços de solidariedade entre os trabalhadores e seus empreendimentos, de respeito ao ambiente em que vivemos e também como uma oportunidade de crescimento profissional e pessoal do indivíduo trabalhador, através dos processos de formação e da qualificação profissional permanentes, dentro do próprio ambiente de trabalho.

Para levar essas idéias adiante, nos propusemos a enfrentar um grande desafio: apoiar a estruturação dos empreendimentos filiados,

buscando o crescimento e a sustentabilidade econômica, bem como a solidificação dos princípios autogestionários e suas formas de controle coletivo da produção, com vistas ao desenvolvimento humano e social dos trabalhadores brasileiros. Para percorrer esse caminho, assumimos um grande compromisso: estabelecer um debate com a sociedade – envolvendo sindicatos, governos, movimentos sociais e outros agentes políticos e sociais – para a construção e implementação de instrumentos jurídicos, de incentivos fiscais e tributários e para a construção de uma política pública de estado para a Economia Solidária.

Desafios nos quais encontramos apoio de diversos organismos nacionais e internacionais, governamentais e não-governamentais que assumiram o mesmo compromisso. Vale destacar alguns parceiros estratégicos como o SEBRAE Nacional, o Governo Federal e governos locais (estaduais e municipais), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e seus diversos sindicatos filiados, especialmente, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e parceiros de países como o Canadá, a Espanha, a Holanda e a Itália.

Nossos esforços centram-se em articular intercâmbios entre nossos empreendimentos, visando à troca de experiências; ainda, no apoio à estruturação de redes, aproximando pequenas iniciativas; na organização de cooperativas de segundo grau e outras formas organizativas e de redes produtivas; na construção de formas criativas e alternativas para superar as barreiras impostas pelos mercados; no estímulo à criatividade, com vistas ao crescimento econômico, financeiro, social e político dos trabalhadores e seus empreendimentos e em estimular a participação desses trabalhadores na construção de um país democrático, com maior equidade social.

Visualizamos um futuro promissor para a Economia Solidária, uma vez que as formas de organização dos trabalhadores em empreendimentos autogestionários ganham forças através do poder econômico e social, alcançado pelos grandes empreendimentos recuperados de massas falidas; igualmente, esta visão otimista advém da articulação de redes de empreendimentos em setores e cadeias produtivas

construídas com a força dos pequenos empreendimentos, da articulação política com diversos parceiros institucionais e das redes internacionais constituídas, tanto as locais como as do cone sul (Uruguai e Argentina) e as históricas da Europa – como o complexo cooperativo de Mondragón, no País Basco, e as experiências catalãs e italianas, como a da Legacoop Itália.

Diante de tudo isso, surgem novos empreendimentos a cada dia por todo o Brasil. Novas demandas à UNISOL. Potencializando nossas articulações e valorizando nossos projetos estratégicos, que apontam para o incremento real de renda do trabalhador, que autogere seu negócio, com destaque ao valor humano de sua inserção pelo trabalho digno na sociedade.

Enfim, nós da UNISOL Brasil temos a convicção de que, com a força de todos os parceiros, podemos construir um novo país, através de uma nova economia, ancorada nos princípios do Cooperativismo e da Economia Solidária. ■



DIVULGAÇÃO

# Cooperativas sociais, o lado mais humano da Economia Solidária

*As cooperativas sociais começam a modificar a vida de milhões de brasileiros e brasileiras que vivem em situação de risco e exclusão social.*



O cooperativismo social é um setor que vem ganhando espaço, sobretudo na Itália. Seu objetivo é proporcionar acesso ao trabalho e renda às pessoas que estão em profunda desvantagem na sociedade, como os deficientes físicos e mentais, soropositivos, ex-presidiários, dependentes químicos, entre outros.

Na Itália, 8% da força de trabalho está no cooperativismo social. No Brasil, o setor encontra-se em processo de expansão. Na UNISOL Brasil, atualmente, mais de 70 empreendimentos podem ser classificados como cooperativas sociais (cerca de 30% dos empreendimentos filiados). Há casos emblemáticos, como a Coopcaps, constituída por trabalhadores atendidos pelo Centro de Atenção Psicossocial de Fortaleza e a Coopvida, Cooperativa Social de Artesãos Soropositivos do Estado do Ceará, ambas localizadas na capital cearense.

Na região Norte, podemos encontrar outros exemplos marcantes. “No Acre, atuamos junto a 15 jovens em situação de risco que trabalham na produção de jóias. No Amapá, também trabalhamos com jovens e, por meio desses projetos, houve redução do índice de suicídios. O índice de suicídios na região é alto: cerca de cinco jovens se matam anualmente devido à falta de oportunidades no mercado de trabalho”, informa Maria Dalvani de Souza, diretora vice-presidente da UNISOL Brasil na região Norte.

O professor Marcelo José Ladeira Mauad, mestre e doutor em Direito e Relações do Trabalho, pela PUC/SP, também advogado da UNISOL Brasil, diz que as cooperativas sociais foram formalizadas no Brasil pela Lei 9.867/1999, mas se formaram muito antes. “As associações e grupos de voluntariado se organizavam de

forma autônoma para a produção de serviços sociais e atividades econômicas, com a finalidade de inserir no mercado de trabalho pessoas em desvantagem social”.

O Seminário Internacional realizado em julho de 2007, em Santo André, concluiu que o Brasil precisa de uma legislação específica para as cooperativas sociais, pois a lei atual não estimula e nem incentiva o cooperativismo social. “A lei, além de regulamentar esse tipo de cooperativa, deve estimular a criação de políticas públicas para as entidades”, enfatiza Maria Dalvani, uma das organizadoras do seminário junto à Associação Nacional das Cooperativas Sociais da Itália.



*Maria Dalvani de Souza, Diretora Vice-Presidente da UNISOL Brasil na região Norte e Centro-Oeste.*

DIVULGAÇÃO

Somente a assistência social não é suficiente para atender e emancipar as pessoas. É necessário gerar renda e trabalho para esses trabalhadores, pois estes precisam se sentir incluídos na sociedade, tornando-se independentes, inclusive da ajuda assistencial do Poder Público. Mas, para isso, é preciso que as pessoas tenham acesso à capacitação profissional adequada, que deve ser realizada de maneira prévia e em conjunto com as cooperativas. Não há como montar uma cooperativa social sem capacitação, acolhimento e assistência específica (médica e psicológica).

O Poder Público pode e deve abrir o caminho para essas pessoas dentro das grandes empresas privadas que desenvolvem uma atuação de responsabilidade social. Para isso, é preciso acolher e desenvolver programas específicos, no intuito de aproveitar os produtos e serviços prestados pelo cooperativismo social.

As parcerias são essenciais ao cooperativismo social. Muitos parceiros têm auxiliado a UNISOL Brasil a investir no desenvolvimento das capacitações e tecnologia dentro dos empreendimentos, abrindo, assim, novas perspectivas para essas trabalhadoras e trabalhadores. ■

## Caminhando juntos em prol da Economia Solidária

*A fundação da UNISOL Brasil representa um novo passo de uma longa caminhada e conta com importantes parceiros para chegar ao seu destino.*



A UNISOL Brasil é um instrumento dos trabalhadores brasileiros na luta pelas mudanças estruturais necessárias, para que o nosso país ingresse num novo estágio de desenvolvimento, com igualdade e justiça social, sem qualquer forma de exclusão e exploração.

Nesse caminho, há parceiros – e não apenas na esfera do estado – que podem contribuir para que se criem melhores condições ao cooperativismo no Brasil. O diretor e pesquisador da UNITRABALHO, rede de universidades que desenvolve pesquisas para o desenvolvimento de Economia Solidária, professor Francisco José Carvalho Mazzeu, não minimiza, entretanto, o papel do estado: “O Poder Público deve interagir para fortalecer os empreendimentos, oferecendo subsídios como isenções fiscais, infra-estrutura e formação”.



*Elione Alves Souza,  
Diretora Vice-Presidente da  
UNISOL Brasil na região  
Nordeste*

Para Gilmar Carneiro, ex-presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo e presidente do ECOSOL - Sistema Nacional de Cooperativas de Economia e Crédito Solidário, diante de um mercado altamente competitivo, construir uma visão de negócio é o grande desafio da

Economia Solidária. “O cooperado deve saber, antes de tudo, o que produzir, como comprar e vender e qual é seu mercado consumidor. Deve saber gerenciar. Com essa formação, as chances do negócio dar certo são muito grandes”.

Com o objetivo de propiciar ferramentas de gestão, para que os projetos das cooperativas possam competir no mercado das grandes indústrias, a UNISOL Brasil assinou, em 2005, convênio com o SEBRAE, a fim de que os empreendimentos se consolidem no processo de organização de redes e cadeias produtivas, obtendo assistência administrativa, jurídica, capacitação e subsídios para participar de feiras, seminários e eventos. “Para obtermos êxito na questão da sustentabilidade, é necessário consolidar o trabalho em redes e cadeias produtivas”, acredita Elione Alves

Souza, diretora vice-presidente da UNISOL Brasil na região Nordeste.

Os projetos em parceria entre a UNISOL Brasil e a Fundação Banco do Brasil, implementados em cadeias como a apicultura, atingem bom desenvolvimento. Porém, se houvesse parceria

entre as Secretarias da Educação e do Trabalho, a conscientização da população sobre esse mercado seria muito maior. Há quem defenda que a Economia Solidária seja apresentada ao ensino básico fundamental com as aulas de Matemática focadas em negócios e as de Português na interpretação dos estatutos, por exemplo.

O crédito é um dos grandes problemas das cooperativas, pois as cooperativas de crédito ajudam apenas na fase inicial do empreendimento, além disso, para se obter uma linha de financiamento, o planejamento é essencial, vinculando o financiamento ao tipo de visão do negócio.

Em vista disso, a UNITRABALHO e a UNISOL Brasil estão elaborando um projeto, o Fundo de Capital Solidário, que visa a oferecer financiamentos em longo prazo, para potencializar o desenvolvimento administrativo, tecnológico e comercial dos setores de reciclagem, indústria, têxtil, alimentos e outros.

Para a Agência de Desenvolvimento Solidário - ADS, ligada à CUT e parceira de primeira hora da UNISOL Brasil, o fundamental é que o empreendedor sobreviva no processo econômico. O objetivo não é apenas propiciar oportunidade para os excluídos, e sim que o empreendi-

mento dispute o mercado, com sustentabilidade e duração no tempo.

O Brasil tem hoje 4 mil cooperativas de crédito, um número muito pequeno se comparado ao dos EUA, 140 mil. Os recursos também são insuficientes. Neste contexto, a ECOSOL, por exemplo, pode ser vista como um banco de empreendimentos para alavancar negócios, sendo hoje seu maior desafio a criação da cooperativa de crédito dos empreendimentos da UNISOL Brasil. São 230 cooperativas e 12 mil sócios, com um faturamento de R\$ 1 bilhão. Esse recurso passa por bancos privados. Se criada a cooperativa de crédito próprio, os recursos vão circular dentro das próprias cooperativas. Mas, para ter sucesso em todo esse esforço, a parceria com o SEBRAE Nacional é muito importante. Presente em todos os estados, com um orçamento anual de R\$ 1 bilhão, o SEBRAE dispensa maiores considerações, e tê-lo como parceiro só tende a amplificar e fortalecer as ações da ECOSOL.

Há quem sugira também a integração da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. A idéia é que haja mais amparo aos programas de política industrial e oferecimento de subsídios aos investimentos, para o empreendedor não se frustrar ao assistir ao empreendimento fechar as portas após três anos de fundação.

Nessa perspectiva, o sistema deve prever que o empreendimento devolva os recursos ao fundo após quatro ou cinco anos e que o valor esteja de acordo com os rendimentos. O fundo oferecerá assistência na estruturação, monitoramento e saída dos investimentos e com essa estratégia o empreendimento atingirá auto-sustentabilidade.

A necessidade de montar redes é o grande debate atual e, portanto, é preciso aprender a ter visão, ser grande e mudar o discurso da semente para o da efetividade. ■

Arthur Henrique, Presidente da CUT Nacional.



JEFFERSON PANCIERI

### CUT: sempre presente na construção do Cooperativismo.

A geração de trabalho e renda é uma discussão antiga na Central Única dos Trabalhadores.

“A CUT sempre trabalhou no aperfeiçoamento do cooperativismo. A ADS nasceu da necessidade de acompanhamento e auxílio às cooperativas, para fortalecê-las como negócio capaz de enfrentar a concorrência de mercado”, diz Artur Henrique, presidente da entidade.

A evolução natural do processo impôs a importância das cadeias produtivas, o que deu origem à UNISOL.

Na medida em que o processo de produção avançou, foi percebida a necessidade de financiamento para a aquisição de equipamentos e matérias-primas. A ideia de cooperativas de crédito levou à criação da ECOSOL.

Arthur Henrique vê como desafio, agora, “a venda efetiva dos produtos no mercado, em larga escala, fechando o ciclo da economia solidária competitiva”.

“A tendência é, cada vez mais, se consolidar um processo de geração de trabalho e renda e a CUT quer continuar presente nesse processo”, finaliza ele.

### ADS: parceira desde o início.

Entre os diversos parceiros da Economia Solidária, destaca-se a Agência de Desenvolvimento Solidário - ADS, pelo seu papel na criação e consolidação da UNISOL Brasil e, nos dias atuais, pela sua atuação junto aos empreendimentos.

Fundada em 1999, a ADS trabalha de forma integrada à UNISOL Brasil, CUT e ECOSOL, com o objetivo de organizar trabalhadores da economia informal. No momento, a entidade está desenvolvendo pesquisa para organizar uma rede de comercialização, trabalhando com diversos parceiros, inclusive no Canadá. Também trabalha em parceria com o governo do Estado de São Paulo, com o Ministério da Educação e PETROBRAS.

A ADS desenvolve projetos de alfabetização, com o intuito de reorganizar os empreendimentos, e já alfabetizou 80 mil pessoas por módulo, entre comunidades de cegos, quilombos, aldeias indígenas e favelas. Também oferece suporte para que os empreendimentos obtenham êxito na gestão e capacitação, apontando soluções para a comercialização.

JEFFERSON PANCIERI



Ari Aloraldo do Nascimento, Coordenador Geral da ADS.



DIVULGAÇÃO

Gilmar Carneiro dos Santos, Diretor-Presidente da ECOSOL.

### ECOSOL: crédito para a Economia Solidária.

O ECOSOL — Sistema Nacional de Cooperativas de Economia e Crédito Solidário, - foi criado em 2002, a partir de iniciativa da CUT, com o objetivo final de organizar um sistema financeiro baseado em cooperativas de crédito, que transforme o crédito em um dos instrumentos de promoção do desenvolvimento local da produção, geralmente, empreendimentos econômicos de pequeno porte.

Isto é feito através por meio da mobilização da poupança das populações de renda baixa, possibilitando o acesso ao crédito por parte destas populações, de modo a promover o desenvolvimento local sustentável e solidário, através de projetos produtivos orientados por tais princípios.

Porém, Gilmar Carneiro, presidente do ECOSOL, afirma a necessidade de que se crie a consciência de que, para se obter uma linha de crédito, o planejamento é essencial. “A população carente não tem como garantir cooperativas, através somente por meio do aval solidário. Garantir projetos é o mais importante.”.

### Na UNITRABALHO, a vocação está até no nome.

A UNITRABALHO, criada em 1996, é uma rede universitária nacional, constituída, juridicamente, na forma de fundação de direito privado e sem fins lucrativos. Agrega, atualmente, 92 universidades e instituições de ensino superior de todo o Brasil.

Seu objetivo é contribuir para o resgate da dívida social que as universidades brasileiras têm com os trabalhadores e sua missão se concretiza por meio da parceria em projetos de estudo, pesquisa e capacitação.

O professor Francisco José Carvalho Mazzeu resume o espírito da parceria firmada entre a UNISOL Brasil e a UNITRABALHO: “A Economia Solidária tem potencial, mas, para se consolidar, é preciso investir em educação, a fim de que sejam formuladas as políticas públicas necessárias ao seu desenvolvimento”.

Por isso, a UNITRABALHO desenvolve reflexões sobre metodologias, teorias e políticas públicas, para o fomento à socioeconomia solidária, além de socializar a produção de material didático para a educação de jovens e adultos, contendo como tema central o mundo do trabalho.

DIVULGAÇÃO



Prof. Francisco José Carvalho Mazzeu, Diretor-Executivo da UNITRABALHO

## A importância das parcerias internacionais na caminhada da UNISOL Brasil

*A importância dos parceiros internacionais para a economia solidária no Brasil e os primeiros passos do cooperativismo que gerou a UNISOL Brasil.*

O cooperativismo Europeu ganhou força na recuperação dos países e das economias devastadas pela 2ª Guerra Mundial. Após 1945, dentro do esforço de reconstrução da Europa, regiões de alguns países adotaram esse sistema, estimulando o desenvolvimento e a gestão de empreendimentos coletivos autogestionários, como alternativa às formas tradicionais de exploração do trabalho.

Regiões como a Emilia Romagna, na Itália, ou Mondragon, na Espanha, acumulam uma história de 50 anos em cooperativismo e autogestão. Outros países, como a Holanda e o Canadá, também possuem tradição nessa forma de organização da produção e do trabalho.

Desde o final da década de 60, com a desaceleração da economia mundial, assiste-se à ascensão da direita, à investida do neoliberalismo e à ampliação significativa nas taxas de desemprego no mundo. Como resposta, a oposição, constituída em parte pelo movimento sindical de esquerda, retoma a pauta do empreendedo-

rismo e do cooperativismo como alternativa à escassez de postos de trabalho tradicionais (trabalho assalariado).

O Brasil chega até a década de 90 relativamente incólume ao movimento de expansão dos valores neoliberais, mas, com a abertura comercial e financeira promovida no início da década, entra no rol dos países que vivenciam a destruição de parte da indústria nacional e o aumento vigoroso do desemprego.

As taxas de desemprego aberto saltaram de menos de 5% no final dos anos 80, para a casa dos 10% no final dos anos 90, alcançando 7,8 milhões de trabalhadores desempregados em 1999 (IBGE/PNAD, 1999). Especialmente no ABC Paulista, região de grande concentração industrial, cerca de 20% da PEA encontrava-se nessa condição (240 mil trabalhadores, em outubro de 1999). E nesse contexto que se verifica que entre 1990 e 1998, a taxa de crescimento do número de cooperativas no Brasil foi de 44% e a taxa de crescimento do número de cooperados atingiu 55%<sup>1</sup>

<sup>1</sup> "Sindicato e Cooperativismo: os metalúrgicos do ABC e a UnisolNISOL Cooperativas", livro de Nilson Tadashi Oda, técnico do DIEESE e da UNISOL Brasil.

Segundo Arildo Mota Lopes, diretor-presidente da UNISOL Brasil, “Para combater o desemprego, gerar renda aos excluídos e promover a justiça social, líderes sindicais estreitaram as relações internacionais com a Europa e firmaram acordo para consolidar projetos de Economia Solidária.”



Arildo Mota Lopes,  
Diretor-Presidente da  
UNISOL Brasil

Nessa lógica, em 1998 o movimento sindical brasileiro, especificamente o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, enviou uma comitiva à Itália e à Espanha com o objetivo de capacitar técnicos e dirigentes para a nascente Economia Solidária brasileira. Essa comitiva fechou acordos com três centrais sindicais: a Confederação Geral Italiana - CGIL, a Confederação Italiana dos Sindicatos - CISL e a União Italiana de Trabalhadores - UIL, com algumas federações metalúrgicas, como a FIOM, a FIM e a UILM Sindicais, e assinou um protocolo de cooperação com a Itália. Nesse momento também deu-se início a um intercâmbio com a LEGACOOB - Central de Cooperativas Italiana -, que passou a ser grande incentivadora do desenvolvimento de cooperativas e a da Economia Solidária no Brasil.

Já na Espanha, a comitiva brasileira iniciou uma relação com a FESALC - Federação das Sociedades Laborais da Catalunha, com a qual firmou um protocolo de intenções, além de obter o apoio da Fundação Paz e Solidariedade.

Após essa visita, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC comprometeu-se a criar em São Paulo uma Liga de Cooperativas e, assim, em 1999, surge a UNISOL São Paulo, concretizada com a presença de representantes da Itália e da Espanha. Com o movimento nacional começando a ganhar corpo, é fundada em 2004 a UNISOL Brasil, consolidando as relações internacionais

iniciadas pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, através da comitiva de 1998.

Nesse mesmo ano, a Espanha, por meio da FESALC, promoveu um intercâmbio de dirigentes e trabalhadores brasileiros com o objetivo de se conhecer in loco a forma de organização de suas cooperativas. Entre os parceiros da UNISOL Brasil na Espanha estão ainda a CONOSUD - Asociación de Cooperación Internacional NORD-SUD, a ACSUR - Ação Civil para Cooperação ao Hemisfério Sul e a MCC - Corporación Cooperativa Mondragón, do País Basco.

Na Itália, a UNISOL Brasil estreitou relações na região de Emilia Romagna com a CISL local e com o ISCOS (Instituto Sindical de Cooperação ao Desenvolvimento), que possui fundo específico para financiamentos de cooperativas fora do seu país, e foi um dos colaboradores para iniciar o fundo rotativo da UNISOL Finanças.

A UNISOL Brasil também recebe apoio de outras ONGs internacionais, pois busca, para garantir a sustentabilidade do projeto, extrapolar as fronteiras nacionais e consolidar a Economia Solidária na América Latina. Nessa busca, vem estreitando os laços entre o Brasil, a Argentina e o Uruguai - através de parcerias com o MNER (Movimento Nacional de Empresas Recuperadas da Argentina) e com a FCPU (Federação de Cooperativas e Produção do Uruguai).

Dentro dessa estratégia, firmou acordos com ICCO - Organização Intereclesiástica para a Cooperação, entidade holandesa que, em conjunto com o governo desse país, destina percentual do PIB a projetos de combate a pobreza.

Enfim, as parcerias internacionais estão presentes desde o nascimento da UNISOL Brasil, e continuam relevantes para a consolidação do movimento da Economia Solidária nacional, quer pela vasta experiência acumulada em anos de história, quer por seu poder econômico e capacidade de financiamento direcionado às economias emergentes. ■

## Setoriais: organização, fortalecimento, articulação e solidariedade entre os empreendimentos



Nelsa Inês Fabian Nespolo -  
Diretora-Secretária da UNISOL  
Brasil

Desde o seu surgimento, a UNISOL Brasil tem como centro de atuação as necessidades econômicas e sociais da classe trabalhadora, por isso é uma entidade de representação dos empreendimentos da Economia Solidária.

Essas iniciativas sofrem grande pressão e desconfiança do mercado e precisam se desdobrar para mostrar que têm igual e até mais responsabilidade, qualidade e eficiência no atendimento aos clientes, fornecedores, bancos e a outros parceiros, se comparadas às empresas mercantis.

Sabemos que os empreendimentos da Economia Solidária, mesmo com todas as dificuldades encontradas, vêm fazendo uma revolução silenciosa e estão apresentando para a sociedade melhores soluções de gestão e responsabilidade social e ambiental.

É pensando em novas ferramentas e alternativas de organização do trabalho, melhor relação com os trabalhadores e crescimento econômico dos empreendimentos que a UNISOL Brasil decidiu sua organização interna ser por meio dos setoriais, que é uma forma de fortalecer, articular e trocar experiências entre esses empreendimentos. Atualmente, estão constituídos oito setoriais, os quais são: Apicultura, Artesanato, Cooperativas Sociais, Confecção/Têxtil, Construção Civil, Fruticultura, Metalurgia e Reciclagem.

O objetivo dos setoriais é fazer com que empreendimentos do mesmo ramo de atividade se reúnam e discutam preocupações e soluções comuns para comercialização, crédito, capacitação, tecnologia, gestão e projetos que viabilizem parcerias nacionais e internacionais. Outro fa-

tor importante, originado dessas articulações, é o surgimento de outras formas de organização: as cadeias produtivas. Os exemplos disso são a Justa Trama, a Cadeia das Sementes e a Cadeia do Biodiesel.

É importante destacar que as trocas de experiências e os intercâmbios não são apenas entre os empreendimentos do mesmo ramo, e sim, igualmente, entre os setoriais, que vêm mostrando na prática, além da troca de experiências, o fortalecimento de alguns princípios do Cooperativismo, como a solidariedade, a ajuda mútua e a convicção de que os trabalhadores não somente sabem produzir, mas também têm condições de administrar e cuidar dos meios de produção.

Organizar-se em setoriais não é a única solução, é uma das saídas para que os empreendimentos solidários encontrem conjuntamente maneiras e forças para lidar com os desafios que sempre existirão. Geralmente temos que buscar quem planta, quem transforma, quem aperfeiçoa e quem comercializa, e, muitas vezes, não temos tais ações internamente num único setor. Dessa forma, surgem as organizações econômicas mais sólidas, as cadeias.

Para a UNISOL Brasil, organizar os setores faz parte de uma estratégia maior do que os próprios setores em si, trata-se de uma maneira de construir com eles uma organização que entrelaça e aprofunda as relações dos empreendimentos, visto que se sentem responsáveis uns pelos outros e constroem as mais profundas raízes. E com este foco, buscamos a produção e gestão coletiva, a sustentabilidade, a tecnologia, a organização, a autonomia, que já são bases para uma sociedade justa. ■

## SEBRAE e UNISOL Brasil alavancam empreendimentos solidários no País

*Com foco no apoio à gestão e ao gerenciamento dos negócios, convênio atende a 99 cooperativas, que desenvolvem diferentes atividades produtivas.*

Encontrar novos caminhos para a geração de trabalho e renda. É com esse objetivo que o SEBRAE ao lado da UNISOL Brasil, desenvolve, desde outubro de 2005, o Programa de Inclusão e Organização Produtiva dos Empreendedores Cooperados. O programa já atende a 99 cooperativas vinculadas à UNISOL Brasil e distribuídas em 12 estados (Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Piauí, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo).

As cooperativas beneficiadas atuam em diversas atividades, como alimentação, artesanato, reciclagem, metalurgia, serviços, confecção e têxtil, agricultura, agropecuária, apicultura, construção civil e setor químico. A maior parte dos empreendimentos é dedicada à metalurgia (18), reciclagem (17), artesanato (14), confecção e têxtil (12) e serviços (12).



Juarez de Paula,  
Gerente da UAGRO.

As ações previstas no convênio SEBRAE/UNISOL, que será desenvolvido até junho de 2008, envolvem capacitação, assessoria e apoio técnico; intercâmbios entre os empreendimentos, oficinas setoriais e temáticas, elaboração de planos de negócios e estudos de viabilidade econômica; participação em feiras e eventos, seminários de empreendimentos solidários; monitoramento e avaliação.

O foco central de atuação do programa é gerar melhores condições na gestão e autogestão da organização da produção e da sustentabilidade dos empreendimentos. “Na maioria dos empreendimentos solidários, os trabalhadores têm muita experiência na área de produção, mas

nem sempre têm experiência em administração e gestão de negócios”, explica o gerente de agronegócios do SEBRAE Nacional, Juarez de Paula.

Segundo Juarez, os grandes desafios para a



Economia Solidária são a profissionalização, o aumento de competência na gestão e o desenvolvimento da qualidade dos produtos. “Nesse sentido, o SEBRAE pode ser um grande parceiro desses empreendimentos”, destaca.

### Resultados

A coordenadora do projeto por parte do SEBRAE, Newman Costa, ressalta que a ideia do programa é alavancar nesses empreendimentos o conhecimento em gestão e administração. “Com isso, queremos aumentar a renda dos cooperados, ampliar o número de emprego e de pessoas cooperadas”, explica. “Ao final do programa, pretendemos aumentar a renda média dos empreendedores cooperados em 15% e ampliar o faturamento em 12,5%”, completa Newman.

Em dois anos de desenvolvimento do programa, alguns avanços já são notados pelos participantes e percebidos também pela equipe de coordenação. O consultor do projeto, Augusto Togni, destaca que foram desenvolvidos indicadores econômicos, técnicos e sociais para avaliar as ações implementadas e foram aplicados questionários para mensurar os resultados atingidos e identificar os impactos gerados pelo programa.

Segundo Togni, esses dados estão

sendo trabalhados pela equipe e já é possível mensurar um pouco do impacto do programa. “Como resultado desse trabalho, já podemos destacar que ele despertou nos trabalhadores o desejo e a vontade de criar vantagens comparativas e competitivas, fundamentadas nos princípios da Economia Solidária, como a cooperação, a autogestão e a solidariedade”, explica Togni. De acordo com ele, essa mudança de comportamento certamente proporcionará a melhoria dos processos produtivos, do beneficiamento, da comercialização e da sustentabilidade dos empreendimentos.

A perspectiva é que o trabalho tenha continuidade. Segundo a coordenadora Newman, a UNISOL Brasil já conta com 230 cooperativas filiadas, o que traz a necessidade de se fazer um trabalho de base com esses novos empreendimentos. “A ideia é expandir para todo o Brasil o foco de Economia Solidária. A expectativa é que o SEBRAE continue apoiando os novos negócios que se filiaram à UNISOL”, diz. Além de dar base aos novos empreendimentos, haverá continuidade no trabalho com os 99 já atendidos. “O nosso ideal é alcançar o momento em que esses negócios caminhem sozinhos”, diz Newman.

### SEBRAE e Economia Solidária

O apoio do SEBRAE a empreendimentos de Economia Solidária começou em 2000, com um primeiro convênio firmado com a Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores (CUT), criada para fomentar esse tipo de empreendimento. Segundo o gerente Juarez, uma característica que chama a atenção do SEBRAE a trabalhar com esses empreendimentos é o fato de, em sua



Augusto Togni,  
Consultor do  
SEBRAE.



Newman Costa,  
Coordenadora  
do SEBRAE.

maioria, serem negócios de pequeno porte, foco de atuação da Instituição.

“Um segundo aspecto que chama a atenção do SEBRAE é esse caráter cooperativo. O SEBRAE sempre incentivou o cooperativismo porque um dos limites da pequena empresa é a dificuldade de escala”, ressalta Juarez. Segundo ele, uma das formas da pequena produção alcançar escala é se associando, trabalhando em cooperativa. “É a cooperação entre as pessoas que reforça a sobrevivência dos empreendimentos coletivos”, destaca.

O apoio do SEBRAE aos negócios de Economia Solidária vem evoluindo e, atualmente, além de apoiar a UNISOL Brasil, voltada ao atendimento a cooperativas de produção, o SEBRAE também é parceiro da ECOSOL,

uma central de cooperativas de crédito.

“É importante que os empreendimentos de Economia Solidária se reconheçam como clientes do SEBRAE. Eles devem saber que o SEBRAE pode apoiá-los e ajudá-los, tanto na parte de capacitação para gestão como na parte de melhoria tecnológica dos produtos, desenvolvimento de embalagens, registro de marcas, pesquisas de mercado, estratégias de marketing para os produtos”, afirma Juarez. Segundo ele, há uma série de serviços que a Instituição presta para as empresas em geral e que podem ser prestados também aos empreendimentos de Economia Solidária. ■

(Giovana Perfeito, repórter da Agência Sebrae de Notícias)

### Economia Solidária no Brasil

Economia Solidária é um conceito novo, mas representa um tipo de experiência econômica já conhecida historicamente. Trata-se de uma atualização do conceito do cooperativismo. A ideia original do cooperativismo é a de empreendimentos de propriedade coletiva. Surge no mundo dentro dessa perspectiva de empresas que são geridas de forma coletiva, em que todos os trabalhadores (as) são também proprietários da empresa.

O movimento cooperativista aparece muito forte na Europa, na passagem do século XVIII ao XIX, depois, se expande para o mundo. No Brasil, o cooperativismo ficou restrito ao Sul e Sudeste por conta da predominância dos movimentos europeus. Já a Economia Solidária surge em um contexto contemporâneo, mas se referencia nas ideias do cooperativismo.

O que a Economia Solidária amplia é a ideia de que nela não só a produção é solidária,

e sim o consumo também pode ser solidário. “O comprador de um produto da Economia Solidária é uma pessoa consciente de que está disposta a comprar um produto não apenas por sua qualidade, mas também pelo fato de ter sido produzido dentro de um regime cooperativo, solidário”, destaca o gerente da UAGRO do SEBRAE Juarez de Paula. Por conta disso, os produtos de uma Economia Solidária têm apelo de mercado, pois comportam relações sociais diferentes.

É importante destacar que a Economia Solidária é uma forma de produção, consumo e distribuição de riqueza centrada na valorização do ser humano. Além disso, o trabalho envolve uma dimensão social, econômica, política, ecológica e cultural. Isso ocorre porque além de gerar emprego e renda, as experiências de Economia Solidária trabalham com a ideia de construção de um ambiente socialmente justo e sustentável.

## Primeiros resultados do Programa de Inclusão e Organização Produtiva dos Empreendimentos Cooperados

O Programa de Inclusão e Organização Produtiva dos Empreendedores Cooperados, elaborado em conjunto pela UNISOL Brasil e o SEBRAE Nacional, vem sendo executado pela UNISOL Brasil desde outubro de 2005, com o objetivo de fortalecer economicamente os empreendimentos autogestionários, tanto individualmente, com apoio técnico, quanto coletivamente, através de articulações entre eles e por sua organização dentro de redes e cadeias, denominadas setoriais.

A rede de empreendimentos compreendida por esse programa foi organizada em oito setoriais, abarcando as atividades econômicas previstas e indo além. São elas: Apicultura, Artesanato, Confecção & Têxtil, Construção Civil, Cooperativismo Social, Fruticultura, Metalurgia e Reciclagem.

Os setoriais encontram-se em diferentes estágios de implementação, fato que, de maneira geral, deve-se às dinâmicas e tempos diferenciados dos próprios setoriais, bem como às características individuais dos empreendimentos que os compõem. Ao passo que alguns casos, como, por exemplo, o setorial da fruticultura, ainda se encontram em fase inicial de discussão, outros, por outro lado, como o setorial da apicultura, estão em estágio avançado de desenvolvimento. Para esse caso específico, já foi implementada, no Estado do Piauí, uma Central de Beneficiamento e Comercialização de Mel, a Casa Apis, que proporcionou melhoras significativas para os resultados econômicos do setor.

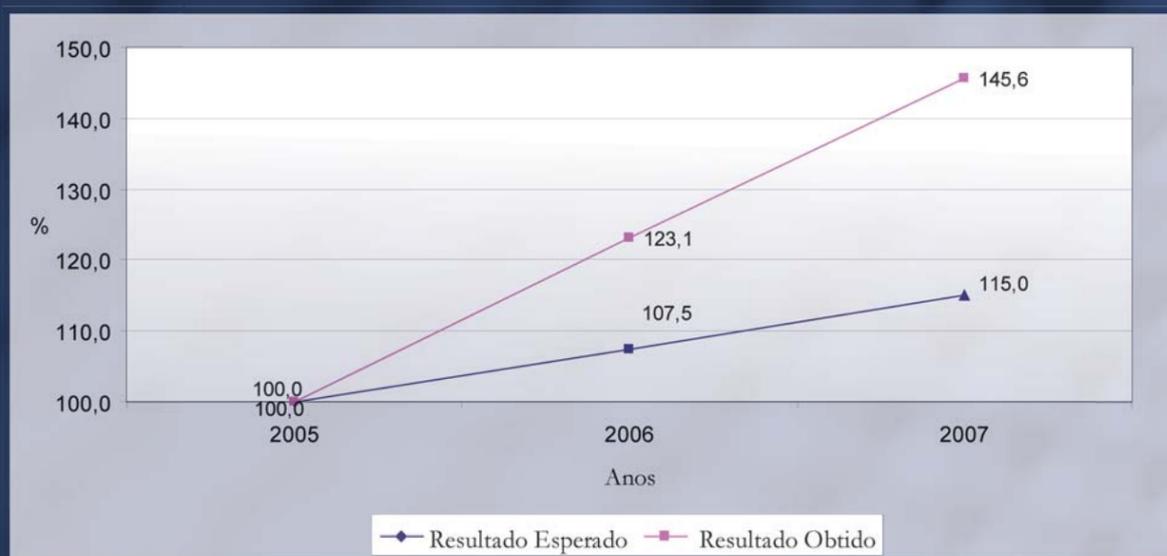
O Programa atendeu a 99 empreendimentos filiados à UNISOL Brasil e apresentava como metas econômicas: 1) ampliar a renda média real dos empreendedores cooperados em 7,5% até setembro de 2006 e em 15% até setembro de 2007; 2) ampliar o faturamento dos empreendimentos em 7,5% até setembro de 2006 e em 12,5% até setembro de 2007.

Para mensurar se os objetivos do programa foram alcançados, elaborou-se uma pesquisa participativa, com questionários compostos de questões tanto quantitativas quanto qualitativas, estruturados para avaliar três dimensões distintas dos seus possíveis impactos, os quais sejam: Impactos Econômicos (faturamento, renda, investimentos, exportações, entre outros); Impactos Técnicos (gestão, produção, comercialização, entre outros) e Impactos Sociais (formação, escolaridade, sustentabilidade socioambiental, entre outros) – aplicados em todo o universo dos empreendimentos beneficiados pelo programa.

Os resultados aqui apresentados são oriundos dos questionários econômicos por hora retornados, correspondentes a mais de 80% do total dos inquiridos, de modo que os resultados agregados são bastante confiáveis e servirão como base para a avaliação que se segue.

Tendo em vista os resultados esperados, anteriormente expostos, verificou-se que o esforço foi bastante proveitoso, uma vez que os mesmos foram superados por larga margem, indicando que o programa foi bem-sucedido e está caminhando na direção correta.

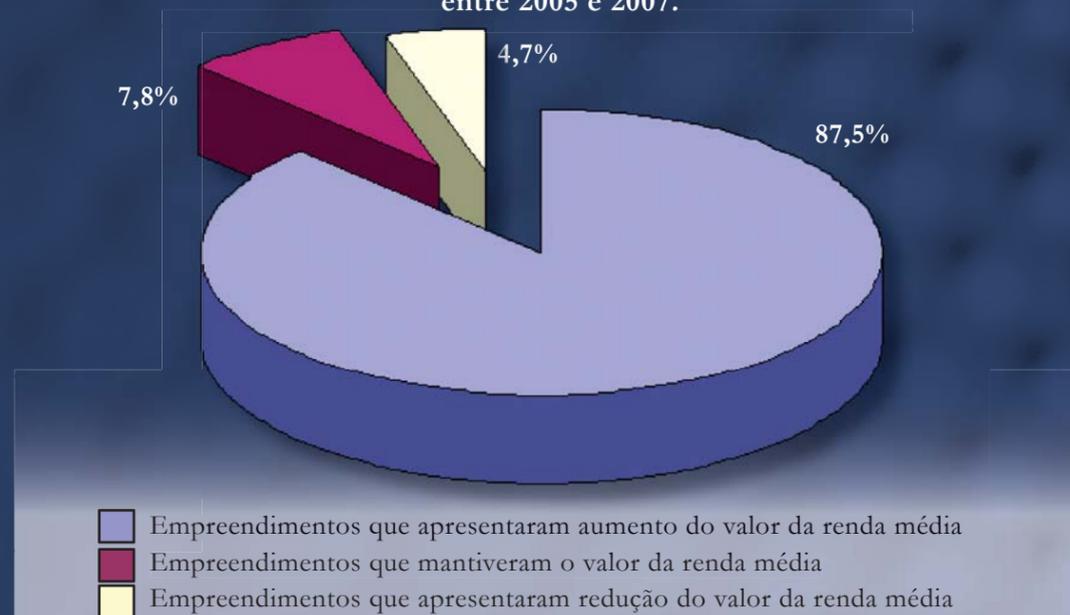
**Gráfico 01 – Evolução da Renda Média Real, vis-à-vis, a Renda Média Esperada dos empreendedores cooperados (Setembro de 2005 =100), entre 2005 e 2007.**



Fonte: Programa de Inclusão e Organização Produtiva dos Empreendedores Cooperados, 2008. (Elaboração própria).

O sucesso do programa foi tanto que os resultados esperados para setembro de 2007 foram superados durante a vigência de seu primeiro ano com margem de 15%. Esperava-se um aumento de 7,5% no período e mensurou-se um aumento de 23,1%. O aumento total da renda média real dos empreendedores, auferido no período, foi de 45,6%.

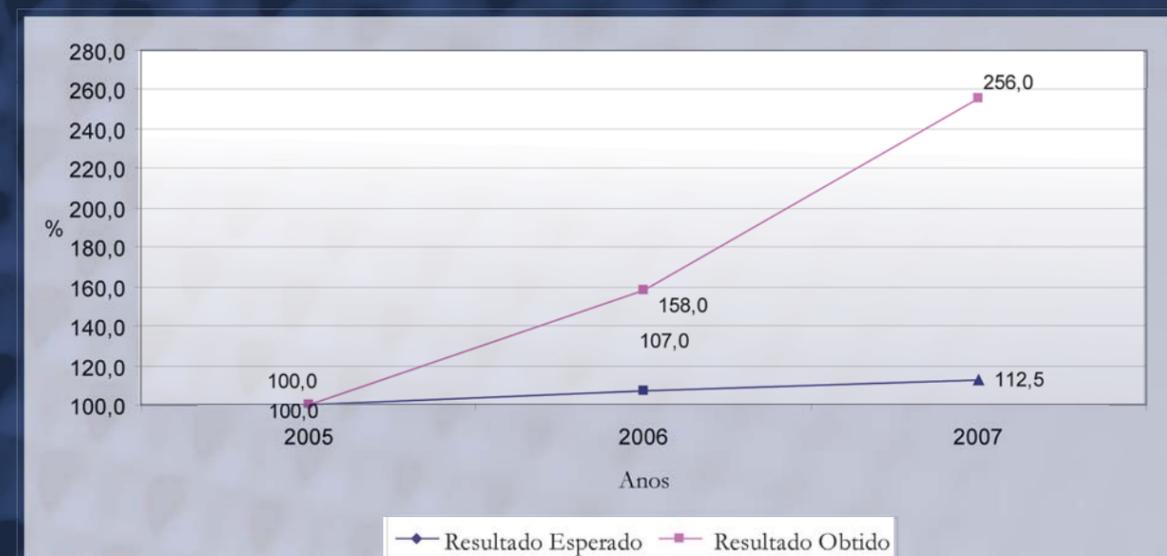
**Gráfico 02 – Distribuição dos Empreendimentos, por evolução da Renda Média Real (%), entre 2005 e 2007.**



Fonte: Programa de Inclusão e Organização Produtiva dos Empreendedores Cooperados, 2008. (Elaboração própria).

O Gráfico 02 mostra que cerca de 90% dos empreendimentos foram bem-sucedidos no incremento da renda média real dos empreendedores cooperados, indicando que a elevação das rendas médias foi equilibrada, beneficiando o conjunto dos empreendedores cooperados assistidos pelo programa.

**Gráfico 03 – Evolução do faturamento, vis-à-vis, o Faturamento Esperado nos empreendimentos (Janeiro de 2005 =100), entre 2005 e 2007.**



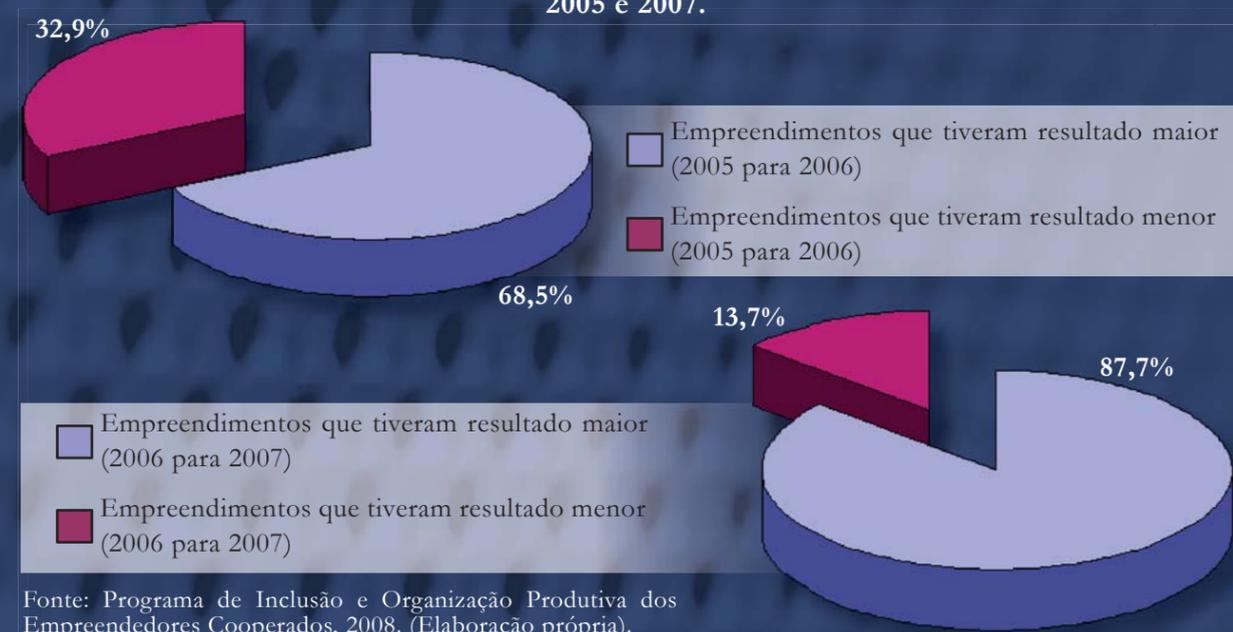
Fonte: Programa de Inclusão e Organização Produtiva dos Empreendedores Cooperados, 2008. (Elaboração própria).

Do ponto de vista do faturamento, os resultados alcançados foram animadores, pois verificou-se uma evolução fantástica de mais de 50% a.a., com o faturamento mais que dobrando no final do período e extrapolando a meta em mais de 100%.

resultados tão eloqüentes. Estes estão ligados ao processo de aceleração da economia nacional e à ampliação do emprego, da renda, do crédito, do consumo e do investimento, tanto públicos quanto privados, observados no período, mas também é certo que o processo de concorrência se acirrou e que a organização, interna e entre os empreendimentos, contribuiu muito para produzi-los.

É certo que uma conjunção de fatores produziu

**Gráfico 04 – Distribuição dos Empreendimentos, por evolução do faturamento (%), entre 2005 e 2007.**



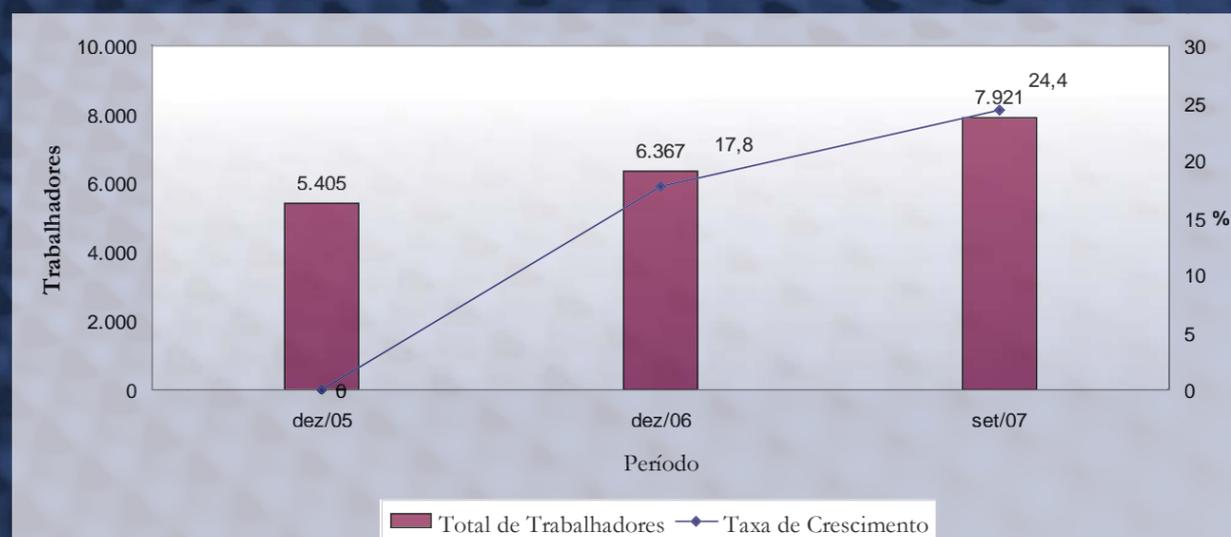
Fonte: Programa de Inclusão e Organização Produtiva dos Empreendedores Cooperados, 2008. (Elaboração própria).

Assim como no caso da renda, o aumento do faturamento atingiu a grande maioria dos empreendimentos, principalmente após 2006, quando chegou a quase 90% deles.

É importante perceber que a estruturação dos empreendimentos e sua organização em setoriais possibilitaram a expansão do total de empreen-

dimentos exportadores no período, mesmo com a situação desfavorável do câmbio, devido à valorização do Real. De fato, o total de empreendimentos exportadores dobrou entre 2005 e 2007, com taxas de crescimento de 33% no período de 2005 a 2006 e de 75%, entre 2006 e 2007, totalizando um aumento de 108% no total de empreendimentos exportadores entre 2005 e 2006.

**Gráfico 05 – Evolução do total de trabalhadores no conjunto dos empreendimentos e Taxa de Crescimento (%), entre 2002 e 2005.**



Fonte: Programa de Inclusão e Organização Produtiva dos Empreendedores Cooperados, 2008. (Elaboração própria).

O Gráfico 05 ilustra o aumento de quase 50% no total de trabalhadores engajados nas atividades dos empreendimentos autogestionários, indicando um resultado bastante satisfatório, uma vez que possibilitaria que se dobre o número de trabalhadores com trabalho e renda em apenas quatro anos. De certo modo, a expansão da ocupação explica os melhores resultados do faturamento em comparação ao aumento da renda média real, pois o total de

peças que vivem da renda gerada aumentou a uma taxa bastante expressiva no período.

Esses resultados são parciais e deverão ser suplementados, em breve, em outras publicações da parceria entre a UNISOL Brasil e o SEBRAE Nacional, parceria que já colhe seus frutos e, como demonstram os resultados, foi extremamente bem-sucedida. ■

## Políticas Públicas de Economia Solidária: o Estado também é nosso!



*Angela M. Schwengber, graduada em Filosofia e Mestre em Integração da América Latina/USP e foi gestora de políticas municipais de Economia Solidária em São Paulo e Santo André entre 2001 e 2007.*

As políticas públicas caracterizam-se por ações públicas que atendem às demandas sociais coletivas tornadas legítimas no espaço público. O Estado, apropriado que foi pelas elites e seus interesses, tem se tornado permeável a essas demandas, de maneira progressiva e como resultado de muita luta e pressão social, fato que é preciso reconhecer, devido ao empenho de alguns governos populares democráticos. A implementação de políticas públicas significa, dessa concepção, um processo de democratização crescente do Estado e do acesso aos bens e riquezas da sociedade que por ele são administrados.

O fato de ser uma conquista progressiva tem resultado em políticas sociais setorializadas e um Estado fragmentado e de difícil apreensão pela sociedade, mesmo por aquelas parcelas organizadas coletiva e politicamente. A participação nos espaços de tomada de decisões sobre as políticas públicas, dessa forma, requer um esforço adicional para compreender

a lógica de funcionamento desse Estado e intervir com efetividade, inclusive para reverter a fragmentação e pulverização do uso dos recursos públicos.

A demanda por políticas públicas de fomento à Economia Solidária é relativamente recente no caso brasileiro e ainda tem sido dirigida principalmente para a área de inclusão social e trabalho. As reivindicações de políticas nesse campo buscam sua legitimação em alguns elementos que lhe são característicos, entre eles: geração de trabalho e renda e inclusão social; promoção do desenvolvimento local; estímulo à organização social cooperativa e solidária, como forma de emancipação e fortalecimento social.

São três argumentos muito importantes do ponto de vista da agenda política nacional, entretanto a Economia Solidária existente ainda não conseguiu impactar de forma efetiva na definição de políticas condizentes com suas demandas e potencialidades, pois a ênfase, indubitavelmente, deve ser naquelas voltadas à promoção

do desenvolvimento socioeconômico. Embora tenhamos acumulado pelo menos uma década e meia de ações públicas voltadas à Economia Solidária, inicialmente em municípios, depois em estados e mais recentemente na União, pouco se evoluiu em termos de institucionalizá-las como políticas públicas perenes e universalizadas, ainda que existam resultados bastante significativos em termos de propiciar acúmulo de

forças e organização para esse campo.

Mas o Estado tem força para fazer muito mais do que isso em relação à Economia Solidária. Se observarmos na história econômica do país, foi o Estado que impulsionou, seja com financiamento direto e subsidiado, com investimentos em infra-estrutura e logística, com financiamento à pesquisa e tecnologia, com programas de

### O fomento à Economia Solidária

*Governo federal, estados e municípios e a formulação de políticas públicas para os empreendimentos sociais.*



**Niro Roni Nobre Barrios,**  
Diretor Vice-Presidente da  
UNISOL Brasil na região  
Sul e Sudeste.

O importante papel que o Estado tem a desempenhar no desenvolvimento do cooperativismo social e da Economia Solidária no Brasil, criando condições de sustentabilidade dos empreendimentos, embora insuficientes, já apresenta avanços importantes. “A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), no Ministério do Trabalho e Emprego, e também o apoio que alguns estados e prefeituras têm dado aos empreendimentos, além da elaboração de políticas públicas para a Economia Solidária, são bons exemplos”,

diz Niro Roni Nobre Barrios, diretor vice-presidente da UNISOL Brasil na região Sul/Sudeste.

Na região Norte, o trabalho de cadeia e redes de Biojóias, coordenado pela diretora vice-presidente da UNISOL Brasil na região, Maria Dalvani de Souza, recebe o apoio da Fundação Banco do Brasil. “Conquistamos parceiros institucionais como o Banco do Brasil, Ministério do Trabalho e Emprego, SEBRAE e prefeituras. Na medida em que as políticas públicas se expandem, mais mecanismos temos para cortar os atravessadores. O grande gargalo é a comercialização”, explica ela.

Em Americana, iniciativa do presidente da Câmara Municipal, Marco Antônio Alves Jorge, o Kim, envolvendo outros vereadores, gerou a proposta de um Centro Público de Economia Solidária, que está sendo analisada pelo Ministério do Trabalho e Emprego. “A criação do Centro Público já era um consenso entre os vereadores, por isso a importância de iniciar essas gestões, de tomar medidas concretas.

Assim, em agosto de 2007, protocolamos o projeto junto ao ministério”, diz o vereador. Enquanto isso, no âmbito da câmara, já está sendo constituído um Centro de Economia Solidária, reunindo artesãos, trabalhadores de hortas comunitárias, da construção civil, motoboys, garçons, jornalistas, artistas, entre outros.

Na Prefeitura de Santo André (SP), desde 1997, funciona a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Ação Regional (SDAR), desenvolvendo políticas voltadas às pequenas e médias empresas, ao empreendedorismo e ao associativismo, fortalecendo e modernizando a atividade econômica em Santo André e no ABC.

“O Centro Público de Emprego, Trabalho e Renda tem apoio do MTE e do FAT e atende 20 mil pessoas por mês, intermediando o trabalho assalariado, qualificando profissionais e orientando-os para o trabalho. Mantém, ainda, uma central de serviços autônomos, incubadora pública de economia popular e solidária e o Banco do Povo (crédito solidário)”, diz Noé Humberto Cazetta, diretor da SDAR. “O próximo passo é o desenvolvimento de um projeto em nível internacional, dentro do Mercosul, em parceria com a UNISOL”, salienta o diretor.

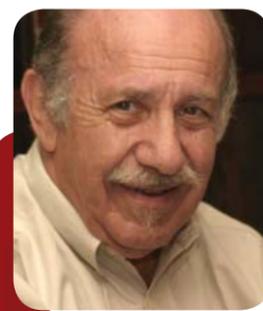
No município de Osasco, o primeiro a municipalizar as políticas de trabalho e renda, a administração municipal criou, desde 2005, uma política pública de geração de trabalho e renda, por meio do programa Osasco Solidária, atrelada a outras políticas do Estado.

“A Economia Solidária foi o caminho encontrado para que as pessoas se tornassem sujeitos de sua própria história. Mas, para isso, a administração contou com um investimento intenso em orçamento, tecnologia, em desenvolver parcerias, levando a construção coletiva para dentro do ‘tecido social’”, explica Dulce Helena Calzoni, secretária municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Renda da Prefeitura de Osasco.

extensão técnica, com formação humana e profissional, com marco legal apropriado, entre tantas outras ações, o desenvolvimento dos setores econômicos, hoje, estabelecidos como hegemônicos na sociedade. Políticas desse porte podem ser estabelecidas para fortalecer as formas de financiar, produzir, distribuir e consumir, uma vez que representadas pela Economia Solidária, bem como para valorizar o trabalho e as relações sociais criadas no seu âmbito, possuindo como ética a solidariedade e a sustentabilidade.

O Estado pode ser levado a ter políticas que tanto fortaleçam a Economia Solidária já existente como propiciem a sua expansão, como estratégia de desenvolvimento socioeconômico para amplos setores que estão subordinados na pirâmide social. Mas é preciso que essas políticas sigam algumas diretrizes:

- Respeito e valorização dos princípios e estratégias organizativas da Economia Solidária;
- Consolidação enquanto uma política pública de Estado, com forte e adequada institucionalidade e governança;



**Paul Singer, Secretário da SENAES.**

*“A criação da SENAES foi um marco na história da Economia Solidária no Brasil.”*

Até 2007, foram mapeados, no Brasil, 22 mil projetos de Economia Solidária, envolvendo 1,7 milhões de pessoas.

Paul Singer, secretário da SENAES, entende que a criação da secretaria foi um marco na história da Economia Solidária no Brasil. Ele relembra que, em 2003, embora despertasse simpatia, a Economia Solidária era totalmente desconhecida. Foi quando se iniciaram os cursos de formação para os servidores do Ministério do Trabalho. Hoje, já existem 13

ministérios, dos 36 que compõem o governo federal, participando e fomentando esse tipo de economia.

Singer destaca a participação cada vez maior das prefeituras. “Já são 14 estados colocando em prática políticas de Economia Solidária. A participação dos governos federal e estaduais, das universidades e da militância estudantil é importante, assim como das incubadoras populares, em torno de 80 em funcionamento, criando conhecimento científico”. Outras colaborações fundamentais vêm do movimento sindical e da igreja, através das comunidades de base, como

- Com recursos humanos, materiais, de infra-estrutura e financeiros / econômicos adequados;
- Que atenda aos grupos organizados, mas que também tenha força indutiva para expandir enquanto direito social universal;
- Que seja, ao mesmo tempo, integrada e descentralizada, sensível às realidades locais e organizativas;
- Participação e controle social amplo e legítimo;
- Perfil de política de desenvolvimento sustentável e capaz de articular políticas intersetoriais.

A consolidação das políticas públicas de governo em políticas de Estado, no que se refere à Economia Solidária, depende do aprofundamento de sua legitimidade social, que por sua vez está intrinsecamente ligada à sua capacidade de virar uma demanda de amplos setores da sociedade, especialmente aqueles que vivem na chamada economia popular e na informalidade. Eis uma agenda política importante para o movimento social e para os governos populares e democráticos. ■

a Pastoral da Criança.

Com recursos orçamentários modestos, a SENAES trabalha basicamente programas de fomento. No terreno do financiamento, Paul Singer é enfático: “As políticas de financiamento não são suficientes, mesmo o BNDES tendo um departamento voltado para o financiamento de empresas cooperadas”. Na sua visão, as Cooperativas de Crédito são o caminho. “Porém, é preciso haver confiança entre quem busca e quem oferece o crédito. Só assim o dinheiro terá rentabilidade. Isso é uma característica autogestionária”, conclui.

## Competência e responsabilidade socio ambiental

*Presidente da Fundação Banco do Brasil, Jacques Pena, considera que a Economia Solidária, enquanto modelo para o desenvolvimento econômico local, é um caminho sem volta.*

O ano de 2003 foi estratégico para a Fundação Banco do Brasil, quando a entidade definiu as áreas de “Educação” e de “Geração de Trabalho e Renda” como prioritárias, em sinergia com a reaplicação de tecnologias sociais.

A mudança se deu justamente quando Jacques Pena assumia o cargo de presidente da Fundação. Ele explica que “o redirecionamento veio no sentido de ter um alinhamento com as políticas públicas, com o programa Fome Zero e o desenvolvimento de ações socioambientais que tivessem uma característica de investimento social, não uma conotação de assistencialismo, de filantropia”.

A proposta da Fundação era a de trabalhar no apoio a empreendimentos de economia solidária. Para viabilizá-la, buscou instituições que tivessem propósitos comuns, como SEBRAE, EMBRAPA e Movimento Nacional

de Catadores. A entidade investiu, nos últimos dois anos, cerca de 75 milhões de reais em Economia Solidária.

Priorizou-se o semi-árido brasileiro e, além do semi-árido, os grandes centros urbanos. No semi-árido, as ações foram concentradas, prioritariamente, na mandiocultura e na apicultura, embora outras existissem com foco no artesanato e na bovinocapicultura. Nos grandes centros urbanos a área de reciclagem é o principal alvo, contemplando o artesanato e os grupos de mulheres que trabalham com costura e bordado.

Para quem estranha o desenvolvimento de ações sociais por parte de uma entidade ligada a um banco, Pena esclarece que “não importa que o principal acionista seja o governo, trate-se de uma empresa, e qualquer empresa, hoje, deve ter uma linha de ação de responsabilidade socio-ambiental”.

### *Tradição no investimento social*

A Fundação Banco do Brasil foi criada em 1º de agosto de 1986, mas, desde a década de 70, e até meados da década de 80, o Banco do Brasil já atuava no setor hoje chamado de Responsabilidade Socioambiental, com o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário – FUNDEC e o Fundo de Incentivo à Pesquisa, Ciência, Tecnologia e Inovação – FIPEC.

O FUNDEC investia no desenvolvimento comunitário, sobretudo em municípios com menos de 5 mil habitantes. O FIPEC dava apoio à pesquisa em universidades, para incentivar a investigação científica.

O que mudou de 2003 para cá foi a maneira de atuar junto aos poderes públicos estadual e municipais, agora mais direcionada para públicos da base da pirâmide, com ações de inclusão social e de inserção econômica.

Essa mudança de foco gerou a necessidade de um maior aporte de recursos por parte do Banco do Brasil. “Em alguns casos, dobrou e até triplicou o repasse anual”, confirma Jacques Pena. Outra mudança necessária foi na estrutura de pessoal da Fundação que, entre 2003 e 2007, teve uma ampliação da ordem de 40%. Nesse processo, a Fundação deixou de apoiar inúmeros projetos dispersos para se concentrar em um novo modelo.

Foi criada uma Gerência de Parceria incumbida de discutir e formatar as parcerias, para durarem 3, 4, 5 anos. “Antes, não tínhamos uma atuação de médio e longo

prazo, era pontual. Hoje, trabalhamos ou num recorte de cadeias produtivas, ou num recorte territorial, ou em cadeias produtivas de terceiros” explica Pena.

A Fundação desenvolve um Programa de Alfabetização com início, meio e fim, dentro de um cronograma de 10 meses. Já o programa “AABB Comunidade”, aplicado em 400 municípios, com mais de 50 mil crianças, é continuado. A criança entra com 7 anos de idade e sai com 18. São duas situações distintas na área da educação.

Enquanto o projeto de uma Casa de Farinha exige investimento de 50 a 70 mil reais, é aprovar, executar e finalizar. Já o caso da Casa Apis, que é o maior empreendimento de Economia Solidária no setor de apicultura do Nordeste e do Brasil, é mais complexo. São 10 cooperativas, com 2 mil associados na base, ligados a uma Cooperativa Central.

“Se você apóia uma Central de Cooperativas, certamente desenvolverá competência para a comercialização. Significa menos ações isoladas e mais ações baseadas em uma estratégia de comercialização. É um modelo que serve para qualquer setor, seja para a mandioca como para a reciclagem”, diz Pena.

Quando da opção de trabalhar em algumas cadeias produtivas, em alguns territórios, foram identificadas organizações que tinham relação direta com associações, sindicatos e cooperativas. Assim foi firmada a parceria com a UNISOL Brasil. ■



*Jacques Pena,  
Presidente da  
Fundação Banco  
do Brasil*

# BNDES:

## mais crédito para o desenvolvimento da Economia Solidária

O crédito é crucial para o desenvolvimento do nosso país, por isso é importante incentivar uma cultura de investimentos de longo prazo e essa é uma das características do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, que disponibiliza recursos para a formação de capital fixo, para que os empreendimentos possam crescer e se desenvolver com sustentabilidade.

O Departamento de Economia Solidária - DESOL, chefiado por Ana Cristina Rodrigues da Costa, existe desde 2003, mas, desde 1996, o banco já desenvolvia diversas operações voltadas para o microcrédito e a autogestão.

“Nos últimos anos, o foco principal do DESOL tem sido o financiamento de empreendimentos de pequeno porte, via microcrédito, por meio de agentes repassadores previstos em lei, dentro do Programa Nacional de Microcrédito, como as OSCIPs, Agências de Fomento, Cooperativas de Crédito, Bancos de Desenvolvimento e outros”, diz a chefe do DESOL. “O banco quer se consolidar como parceiro institucional dos agentes repassadores de microcrédito”.



Ana Cristina Rodrigues da Costa,  
Chefe do Departamento de  
Economia Solidária (DESOL)  
do BNDES.

O DESOL, assim como a Economia Solidária, vem se firmando principalmente a partir da criação da SENAES. O departamento tem crescido e buscado formas de atuação específicas do BNDES nesse âmbito. “A maior dificuldade é criar capilaridade, pois o BNDES usualmente financia, de forma direta, projetos com valores acima dos R\$ 10 milhões”, diz Ana Cristina.

Assim, o DESOL tem se caracterizado por operar em projetos abaixo de R\$ 10 milhões e vem estabelecendo parcerias estratégicas com entidades que tenham capacidade para dar suporte à operacionalização de projetos considerados relevantes ao desenvolvimento local.

Esses investimentos buscam apoiar a população de baixa renda, a fim de que, no seu trabalho coletivo, possam dar um salto de qualidade, realizando mudanças e agregando mais renda. Nessa linha de invest-

timentos coletivos que vêm sendo financiados, há operações nos Estados de São Paulo, Acre, Minas Gerais e Paraná.

“Uma importante atuação ocorreu com os catadores de materiais recicláveis”, salienta.

“O banco apoiou mais de 20 operações para esse segmento, envolvendo mais de R\$ 24 milhões”. Por meio do Apoio a Projetos de Catadores de Materiais Recicláveis, foi beneficiada, recentemente, a Ecobarra - Cooperativa dos Coletores de Materiais Recicláveis de Barra Bonita (SP), filiada à UNISOL Brasil – que recebeu colaboração financeira não-reembolsável com recursos do Fundo Social do BNDES. Também está em avaliação, para a possibilidade de apoio financeiro do banco, a Coop Sem Fronteiras – Cooperativa de Produção, Coleta, Triagem e Beneficiamento de Materiais Recicláveis de Jaçanã (de São Paulo, capital).

No caso dos empreendimentos recuperados, o DESOL, em parceria com a UNISOL, ANTEAG e a SENAES, vem revendo sua forma de atuação para aumentar o acesso ao crédito a esses empreendimentos.

Em 2007, técnicos do BNDES, juntamente à UNISOL Brasil, visitaram a Uniforja, a Metalcoop, a Copromem, a Uniwídia e a

Coopersalto. Conheceram os cooperados, as empresas, seus projetos e discutiram sua viabilidade e ajustes. Essas propostas de projetos para financiamento estão sendo aguardadas pelo banco para análise ainda no primeiro semestre de 2008. Como continuidade dessa parceria, para o segundo semestre de 2008, estão sendo agendadas visitas a outros empreendimentos filiados à UNISOL Brasil no sul do país.

O DESOL tem atendido aos empreendimentos solidários de forma diferenciada, considerando seu perfil e, muitas vezes, efetuando operações que apóiam até 95% dos itens financiáveis. Além disso, oferece recursos não-reembolsáveis, taxas de juros e índice de garantias diferenciadas, mas sempre avaliando o mérito das operações e a sua viabilidade.

Por tudo isso, o BNDES tem sido um importante apoiador da Economia Solidária, junto a outros parceiros com o mesmo objetivo. ■

### Como obter crédito no BNDES

Cada linha de financiamento, programa ou projeto no BNDES tem avaliação e regras específicas. O DESOL não é diferente.

No caso de uma cooperativa, o banco analisa a real intenção do empreendimento em tornar-se autogestionário, sua profissionalização, transparência, capacidade de governança e sua legitimidade perante seus cooperados. Diante dessa base, os avaliadores verificam a seriedade do trabalho que se pretende desenvolver.

No site do BNDES, ([www.bndes.gov.br/programas/programas.asp#sociais](http://www.bndes.gov.br/programas/programas.asp#sociais)), estão disponíveis roteiros e manuais para cada linha de crédito. Os avaliadores examinam o roteiro preenchido e, se a análise for positiva, o empreendimento é enquadrado para possível apoio dentro do respectivo programa. Na fase seguinte, é feita uma análise mais crítica e, somente nessa fase, a solicitação é encaminhada para o DESOL, que verifica a veracidade das informações, realiza

visita ao empreendimento e confere a viabilidade e a sustentabilidade do negócio, fatores imprescindíveis para que seja levada à diretoria do banco uma proposta de aprovação. Se a solicitação for aprovada, inicia-se o processo de liberação dos recursos, parcelados de acordo com o cronograma de execução do projeto.

As taxas de juros variam de acordo com o programa. No caso do microcrédito, por exemplo, a taxa do BNDES para o repasse dos recursos ao agente – que vai realizar o microcrédito – é a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) mais 1,5% ao ano. No caso de uma Central de Cooperativas, que ainda irá repassar os recursos a outras cooperativas, o banco abre mão de sua remuneração, cobrando apenas o que vai retornar ao FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador, de forma a não encarecer o crédito para o tomador final. Mais informações podem ser obtidas no site do BNDES.



À esq.: Apicultores / Marcia Gouthier-ASN  
Abaixo: Artesãs / Divulgação

## Empreendimento Solidário: desafio diário na busca da sustentabilidade

Por Augusto Togni, administrador e MBA em estratégia empresarial, consultor da Unidade de Agronegócios e Territórios Específicos do SEBRAE Nacional.

**É** bem sabido que a maior diferença entre empresa e empreendimento solidário está fundamentada no sonho. Nas empresas, geralmente são muitas as pessoas que trabalham em busca da realização do sonho de um ou de poucos. Já nos empreendimentos solidários todo o esforço despendido se dá em torno de um único objetivo, a concretização e a satisfação do sonho de todos. Afinal é o benefício do coletivo que está em jogo.

Além dessa diferença, diversos conceitos referentes à gestão de empresas e de empreen-

dimentos solidários são distintos, como: tomada de decisão centralizada versus decisões compartilhadas; lucro para o proprietário versus reserva para o empreendimento solidário ou distribuição das sobras para os cooperados; foco no indivíduo versus foco no coletivo; riscos assumidos pelo dono da empresa versus sucessos e fracassos resultantes das responsabilidades assumidas pelos cooperados; “espírito” de competição dos empregados versus comportamento colaborativo e solidário entre os trabalhadores.

No entanto, sob a ótica das dificuldades enfrentadas tanto pelas empresas como pelos empreendimentos solidários, como é o caso da competitividade acirrada para acessar o mercado, podem existir inúmeras semelhanças na forma de condução, gestão e administração do negócio.

Os empreendimentos solidários de caráter econômico são aqueles que se mantêm e se sustentam por intermédio da produção, do beneficiamento, da comercialização e da geração de renda para os trabalhadores. Por esse motivo, necessitam desenvolver aptidões para garantir sustentabilidade, crescimento e estabilidade. É nessa hora que os trabalhadores de empreendimentos solidários devem ter consciência de que precisam atuar de forma profissional, estando qualificados e preparados para exercerem suas funções e responsabilidades perante as atividades desenvolvidas por suas cooperativas, associações ou empresas autogestionárias.

Quem disse que os trabalhadores de empre-

endimentos solidários não podem usufruir de conceitos, técnicas e conhecimentos para melhor gerirem seus negócios? Elaborar estudo de viabilidade, desenvolver plano de negócio, buscar alternativas de redução dos custos produtivos sem afetar a qualidade, ter a capacidade de produzir de acordo com as demandas, definir um preço justo do produto ou serviço, implementar as estratégias de atuação no mercado, baseadas nas tendências locais e globais, conhecer verdadeiramente os clientes, criar uma marca, ter uma boa embalagem e um rótulo com todas as informações e padrões exigidos para a comercialização, conhecer técnicas de negociação, lidar com controles financeiros e, principalmente, não se assustar com o fluxo de caixa e com o capital de giro.

Existem grandes oportunidades de inserção das cooperativas, empresas autogestionárias e empreendimentos solidários nos mercados de diversos setores de atuação, como: metalurgia, construção civil, reciclagem, agricultura, artesanato, entre outros. Mas, para que isso aconteça, esses empreendimentos, além da busca contínua pela profissionalização – melhoria da gestão, dos processos produtivos e da qualidade – necessitam adotar estratégias conjuntas para se fortalecerem.

Metalúrgico

Confeções  
Justa Trama

DIVULGAÇÃO

As redes de empreendimentos, assim como as cadeias produtivas, acabam promovendo alternativas e soluções para aumentar a competitividade e o acesso ao mercado através da colaboração e cooperação mútua entre os diversos atores. Por meio delas, é possível aumentar a quantidade de negócios gerados entre os empreendimentos solidários, ampliar as oportunidades de comercialização em função das demandas de mercado, negociar preços mais baixos com fornecedores para a aquisição de matéria-prima, máquinas e equipamentos, trocar experiências e promover o aprendizado, utilizando-se a interação e socialização de conhecimentos, trazer inovação tecnológica e desenvolvimento de novos produtos e serviços, associando a expertise de mais de um empreendimento, assim por diante.

São diversas as redes e cadeias produtivas constituídas pela organização dos empreendimentos filiados à UNISOL Brasil, como a Casa Apis da apicultura e a Justa Trama do algodão agroecológico. Esses exemplos exitosos são completamente distintos um do outro, porque as redes e cadeias seguem características peculiaridades de cada setor, realidade, potencialidade, vocação e oportunidade.

Grande parte dos empreendimentos que compõem a UNISOL Brasil caminha nessa direção. As cooperativas e empresas autoges-

tionárias que atuam nos setores prioritários têm conduzido discussões para animar e fortalecer as redes existentes, assim como incentivar a constituição de novas cadeias produtivas. Provavelmente, as experiências atuais servirão de inspiração para desencadear novas iniciativas capazes de promover o desenvolvimento sustentável de diversas comunidades, contribuindo com o surgimento de novos postos de trabalho, geração de renda e inclusão social.

A atuação conjunta e cooperada, fortalecida por sua representatividade institucional, proporciona aos empreendimentos oportunidades novas, inclusive parcerias com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, como é o caso do Programa de Inclusão e Organização Produtiva dos Empreendedores Cooperados, celebrado entre o SEBRAE Nacional e a UNISOL Brasil.

Cabe ressaltar que para garantir a sustentabilidade dos empreendimentos da Economia Solidária é necessário mais do que atingir a profissionalização, implantar um modelo de gestão eficiente, atender às normas de qualidade exigidas pelos órgãos de controle ou pelas certificadoras e fazer parte de redes de colaboração e de cadeias produtivas.

É importante buscar alternativas que possam fortalecer esses empreendimentos além da esfera econômica. Os empreendimentos que compõem a UNISOL Brasil também possuem representação política e social, o que favorece aos trabalhadores da Economia Solidária a inserção justa na sociedade e o acesso à cidadania. ■

## A importância da assessoria para uma gestão competente

*Entre a vontade de vencer e o sucesso, problemas gerenciais podem inviabilizar o crescimento do negócio. Modelos adequados de gestão e soluções técnicas adequadas são fundamentais.*

**N**a Economia Solidária, o sucesso e a sustentabilidade de um empreendimento dependem de uma gestão competente, afinada com as inovações e possibilidades de cada momento. Para tanto, é necessário o respaldo de técnicos e assessores qualificados e comprometidos com os objetivos do empreendedorismo social, buscando as melhores soluções gerenciais e as parcerias necessárias à superação dos problemas que surgem no processo de construção de cada negócio.

A UNISOL Brasil disponibiliza, para os empreendimentos associados, um quadro de assessores e técnicos de primeira qualidade. Trabalhando em conjunto com as entidades parceiras, eles têm construído modelos de gestão que são o ponto forte da evolução dos negócios.

Na Bahia, por exemplo, a parceria UNISOL Brasil/SEBRAE no segmento de artesanato, atende a duas cooperativas, uma associação formada por mulheres e uma cooperativa de jovens.

“Através desse trabalho, foi possível acompanhar os empreendimentos, promover o fortalecimento da gestão, a participação em feiras, a elaboração de projetos e melhoria na qualidade dos produtos”, diz Tatiana Veloso, assessora técnica da UNISOL Brasil na Bahia.

### Tatiana Veloso

*Assessora Técnica da UNISOL Brasil na Bahia.*



JEFFERSON PANCIERI

### Mariléia Hillesheim

*Assessora Técnica da UNISOL Brasil em Santa Catarina.*



JEFFERSON PANCIERI

A parceria também assegura apoio técnico e assessoria constante, sempre desenvolvendo ações articuladas com políticas públicas e metodologia participativa.

A parceria da UNISOL Brasil/Sebrae Nacional também proporcionou o acompanhando de nove empreendimentos de Economia Solidária no Estado de Santa Catarina, nos setores de confecção, artesanato, metalurgia, máquinas e equipamentos e construção civil. No início da parceria só havia um empreendimento filiado e, no decorrer do processo, as outras cooperativas foram se filiando.

“As ações do projeto SEBRAE foram estratégicas para o crescimento e o fortalecimento da UNISOL Brasil, dos empreendimentos e da Economia Solidária no estado”, afirma Mariléia Hillesheim, assessora técnica da

UNISOL Brasil em Santa Catarina. “Ressaltamos a importância também dos intercâmbios entre as cooperativas, dos cursos de capacitação em cooperativismo básico e avançado, da autogestão e de relacionamento interpessoal realizados no estado. Antes não existia um projeto que viabilizasse e oferecesse essa formação aos cooperados”.

No setor de fruticultura, a parceria entre a UNISOL Brasil e o SEBRAE também produz resultados importantes. Vitória Aparecida Pereira Victor, assessora técnica da UNISOL Brasil na Paraíba, exemplifica: “Já temos um grupo de mulheres e jovens que em Natuba, Paraíba, estão iniciando a produção de banana passa, com a atuação conseguiram apoio de professores universitários que elaboraram o projeto aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.”

### Vitória Aparecida Pereira Victor

*Assessora Técnica da UNISOL Brasil na Paraíba.*



JEFFERSON PANCIERI

“Com a parceria entre Fundação Banco do Brasil (que investiu R\$ 2,5 milhões), SEBRAE, governo do estado e UNISOL Brasil, o Piauí está saindo da linha da pobreza”, salienta Maria das Mercês Leal Dias, gestora do projeto Apis-Araripe do SEBRAE do Piauí. Segundo a gestora, com o apoio recebido, a Central de Cooperativas de Apicultores do Semi-Árido (Casa Apis, sediada no município de Picos a 300 km de Teresina), que representa o trabalho de 10 cooperativas, o Piauí se tornou o maior produtor de mel orgânico do país.

A diferença de vida socioeconômica dos apicultores é visível, agora, eles compram mais vestuários, eletrodomésticos e até veículos motorizados, como motocicletas”, conclui Mercês. ■

### Maria das Mercês Leal Dias

*Gestora do projeto Apis - Araripe do SEBRAE do Piauí.*



JEFFERSON PANCIERI

## Formação, a Base do Cooperativismo

*Processo formativo da UNISOL Brasil ajuda os trabalhadores a compreender e participar do cooperativismo.*



*Curso de autogestão, dentro do Projeto UNISOL / SEBRAE, para cooperativas do Estado de São Paulo na Cooperinca em Cajamar.*

Fazer parte de uma cooperativa requer educação, treinamento e informação, em uma só palavra, requer formação.

“A formação é um dos pilares do desenvolvimento dos empreendimentos autogestionários, fundamental para a transformação socioeconômica e de vida dos cooperados”, enfatiza Idalina Maria Boni, diretora-secretária de formação da UNISOL Brasil.

A UNISOL Brasil desenvolve cursos de Economia Solidária, por meio dos quais os empreendimentos adquirem base para dar certo, na medida em que invistam também em ações de planejamento, parcerias, abertura de mercados e desenvolvimento de produtos. “A formação ajuda os trabalhadores a entender a responsabilidade de serem donos e empregados do seu próprio negócio”, explica Idalina.

A entidade conta com parceiros como o

Ministério do Trabalho, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e o SEBRAE; promove intercâmbios com países da Europa, como Itália, Holanda e Espanha e realiza seminários e congressos.

### *Política nacional de formação*

“Lutamos por uma política pública nacional de formação em Economia Solidária e queremos a inserção de conteúdos programáticos sobre o cooperativismo e seus princípios no ensino básico e médio”, afirma Idalina.

Ela ressalta que os governos em todos os níveis precisam ser aliados no desenvolvimento de projetos que valorizem a Economia Solidária. “Estamos propondo a criação de estruturas voltadas a cursos de formação para o público da Economia Solidária, buscando, ainda, a criação e o desenvolvimento de programas específicos

nos municípios e nos estados, através da elaboração de políticas públicas, de geração de trabalho e renda, entre outras”, diz.

### *Uma via de mão dupla*

As metodologias utilizadas nos cursos de formação da UNISOL Brasil baseiam-se na premissa de que o ato de ensinar é uma “via de mão dupla”. As experiências vividas são ressaltadas e reconhecidas de modo a privilegiá-las, no intuito de legitimá-las como formas de conhecimento acumulado que pode e deve ser usado na construção de uma prática solidária.

Os cursos mostram aos cooperados como tomar decisões baseadas principalmente nos princípios do cooperativismo autêntico e da autogestão, em noções de organização coletiva, gestão de negócios, contabilidade, marketing, relações interpessoais e comunicação.

No processo, busca-se sempre encontrar formas de superar as dificuldades individuais, abrindo caminhos e fornecendo alternativas para que essas dificuldades de aprendizado não se tornem motivo de preconceito e exclusão por parte do grupo. Uma das grandes dificuldades é fazer os trabalhadores compreenderem a importância da formação no processo autogestionário como um todo. Muitas vezes, os trabalhadores e trabalhadoras não pensam em investir na formação e não a encaram como prioridade.

Também há falta de materiais didáticos e técnicos voltados para a realidade e valores das empresas autogeridas. Ainda há pouca pesquisa e pesquisadores na área da Economia Solidária, apesar da demanda. Assim, há grande necessidade de parcerias com as universidades, a fim de que haja a formação de profissionais capacitados na área, além da criação de materiais e de tecnologias sociais voltadas ao cooperativismo.

### *Parceria e novos projetos*

Entre os anos de 2005 e 2007, a UNISOL Brasil desenvolveu uma grande parceria com o SEBRAE, através do Programa de Inclusão e Organização Produtiva dos Empreendedores Cooperados durante o mesmo período. Foram formados 1249 alunos nos cursos básicos, 242 participantes de oficinas temáticas e 60 trabalhadores participaram de estágios entre cooperativas. Estes ocorreram em 12 estados, de diversas regiões. “Foi uma parceria importante, pois o SEBRAE reconheceu a UNISOL como detentora do saber em cooperativismo e Economia Solidária”, diz Idalina.

A UNISOL Brasil está desenvolvendo vários projetos de formação, como o projeto de qualificação profissional (PLANSEQ) em parceria com o Ministério do Trabalho e cursos de formação e assessoria técnica, desenvolvidos junto à SENAES, envolvendo parcerias com outras instituições, prefeituras e estados.

“Um dos nossos objetivos em 2008 é continuar a formação através de módulos de conteúdos específicos para os grupos, incentivando a troca de conhecimentos tecnológicos e de experiências entre os empreendimentos e, realizando seminários e congressos”, destaca Idalina.

De acordo com ela, um dos grandes desafios do setor de formação da UNISOL Brasil é pensar a aplicação das novas tecnologias, o que significa conhecer e transportar as tecnologias já existentes para o cooperativismo. ■



*Idalina Maria Boni, Diretora-Secretária de Formação da UNISOL Brasil.*

## Por uma nova legislação para o Cooperativismo

*Cooperativas de todo o Brasil lutam para superar limitações legais e querem a instituição de uma Política Nacional de Cooperativismo.*

**N**o Brasil, a legislação existente ainda é insuficiente para atender às necessidades do cooperativismo e a carga tributária é extremamente pesada para o setor.

A Constituição Federal, em seu artigo 146, determina tratamento tributário adequado às cooperativas. Entretanto, a Receita Federal, por exemplo, demonstra resistência em aceitar um tratamento diferenciado para as cooperativas, quanto à cobrança dos tributos, dando a elas o mesmo tratamento dispensado às empresas tradicionais. Assim, as cooperativas são obrigadas a recolher PIS, Cofins, contribuição previdenciária de 20%, mais 11% (para as cooperativas de produção industrial) – perfazendo uma alíquota maior que a de uma empresa comum – além do seguro de acidente de trabalho.

“Nós da UNISOL Brasil, estamos de acordo com que as cooperativas paguem os tributos, pois desenvolvem um papel social, mas temos sofrido muito com essa carga tributária elevada”, diz o Prof. Marcelo José Ladeira Mauad - Doutor em Direito e Relações do Trabalho e Advogado da UNISOL Brasil. “O supersimples não privilegia a parte tributária das cooperativas. Isso precisa mudar, com a aprovação de uma Lei Geral de Cooperativas, proposta lançada no Conselho Nacional de Economia Solidária”.

Hoje, a Política Nacional de Cooperativismo, que estabelece o regime jurídico das sociedades cooperativas está definida na Lei 5764 de 1971. Entretanto, esta legislação está muito

defasada diante das novas demandas. Diz o professor: “É preciso modernizá-la com urgência para atender às novas demandas do cooperativismo contemporâneo”.

Quanto à questão específica das cooperativas de trabalho, o Congresso Nacional precisa aprovar o Projeto de Lei 7009/2006, que dispõe sobre a organização e funcionamento desses ramos de cooperativas e institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho - PRONACOOOP.

Além da aprovação do PL 7009, “é necessária uma legislação mais ampla para a Economia

*Prof. Marcelo Mauad,  
Doutor em Direito e Relações  
do Trabalho e Advogado da  
UNISOL Brasil.*



JEFFERSON PANCIERI

Solidária, cooperativas sociais, cooperativas de trabalho, cooperativas de crédito e a alteração da lei geral de cooperativismo. Tais medidas, em médio prazo, darão assistência aos empreendimentos”, afirma Mauad. Ele ressalta que a prioridade no momento é aprovar o PL 7009, pois prevê que isso pode ajudar na formação de consensos nos outros assuntos. “É um projeto adequado, pois trata de conceitos, classificações, princípios e sobretudo, é fomento e incentivo aos empreendimentos constituídos como cooperativas de trabalho. A proposta também coíbe, com punições graves, aqueles que utilizam cooperativas para tornar precárias as condições de trabalho e prevê mecanismos que podem permitir que os trabalhadores, na condição de empreendedores, possam construir bens comuns que propiciem a venda de produtos e serviços no mercado.

“A aprovação dos Projetos de Lei são de absoluta importância. No Congresso Nacional, o senador Eduardo Suplicy (PT/SP) é grande aliado da Economia Solidária e sua participação nesse processo tem sido fundamental. Ele defende o cooperativismo, tem sensibilidade para a causa, conhecimento e forte atuação. Outro importante aliado é o

senador Flávio Arns (PT/PR). Ele tem dado intenso apoio ao debate, assim como o senador Sibá Machado (PT/AC), que também é um grande aliado. Na Câmara Federal, o deputado Tarcísio Zimmermann (PT/RS) abraçou a causa do cooperativismo como relator do PL 7009 na Comissão do Trabalho. Ele tratou pessoalmente da redação do substitutivo do

PL e teve capacidade de diálogo, convocando todos os interessados ao debate. Com essas iniciativas dos parceiros, temos tido maior assistência no acompanhamento da tramitação do projeto no Congresso e obtivemos o consenso e apoio do governo, principalmente o Ministério do Trabalho / SENAES, favorável aos nossos pleitos”, conta Mauad. ■

### Parlamentares em luta pelo Cooperativismo

Em 2007, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) reapresentou Projeto de Lei, de 1999, de sua autoria, destinado a regulamentar a atividade cooperativa. O novo projeto (PLS 153/07) trata das regras gerais do Sistema Cooperativista Nacional e, segundo o parlamentar, tem em vista a transformação das cooperativas em instituições autônomas, em consonância com uma sociedade democrática, mas sem ferir a Constituição.

Suplicy explicou que a legislação referente às cooperativas precisa se adequar à Constituição Federal aprovada em 1988. Segundo ele, a Lei 5.764/71, ainda em vigor, está “defasada no tempo”. Criada para promover as cooperativas agrárias, não levou em conta diversas outras manifestações do cooperativismo que surgiram e se consolidaram nas décadas posteriores. Uma mudança significativa foi o decréscimo das cooperativas agrárias em relação ao total das existentes no Brasil.

“A Lei 5.764/71 foi concebida na perspectiva do controle do estado sobre as cooperativas. O que se pretende agora é uma lei que atenda tanto à estrutura legal instaurada no Brasil como também promova as possibilidades de afirmação e participação, de forma autônoma, dos trabalhadores tanto do campo como da cidade, na economia do país”, diz o senador.

Outro aliado importante do cooperativismo, o deputado Tarcísio Zimmermann (PT-RS), além de seu trabalho como relator do PL 7009/06, encampou, por meio de uma emenda à Medida Provisória 351/2007, a idéia de estender os benefícios da Lei Geral para as quase 15 mil cooperativas do Brasil. “Na verdade, elas operam hoje em um ambiente de dificuldade de produção e,

na área urbana, pagam mais tributos do que as micro e pequenas empresas. Isso dificulta a sua competição no mercado”, justifica. A emenda proposta pelo deputado pretende aplicar aos empreendimentos de Economia Solidária o tratamento diferenciado e favorecido previsto no Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. “Nós queremos que as cooperativas sejam beneficiadas pelo regime tributário do Simples nas compras governamentais, no acesso ao crédito e no processo desburocratização, todas essas vantagens preconizadas na Lei Geral”.

O senador Siba Machado (PT/AC) é conhecido pelas cooperativas e no Congresso Nacional como ferrenho defensor do cooperativismo. Ele tem recebido no seu gabinete em Brasília as lideranças do setor, tem realizado visitas a cooperativas de todo o Brasil e comparecido a seminários, encontros e congressos sobre o tema. Nas comissões e no plenário do Senado, sua voz está sempre presente, em defesa do cooperativismo.

Da mesma forma, o senador Flávio Arns (PT/PR), como presidente do grupo de trabalho instituído na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal para debater o cooperativismo, em 2006, foi um aliado fundamental das cooperativas. Numa das reuniões do grupo, na presença de diversas entidades, entre elas a UNISOL Brasil, declarou: “a regulamentação das cooperativas é de fundamental importância para o país, pois fortalecem a organização do povo, uma vez que essas entidades são compostas por pessoas que, voluntariamente e democraticamente, se unem para produzir resultados econômicos comuns, gerando renda e fomentando a economia”.

## UNISOL Finanças

*União e solidariedade para o desenvolvimento do Cooperativismo e da Economia Solidária.*

Brasil hoje ocupa a 6ª posição na economia mundial, ao lado do Reino Unido, França, Rússia e Itália. Entretanto, toda a estrutura nacional é calcada na idéia de que os grandes negócios é que movem o desenvolvimento. Para a Economia Solidária, isso se reflete de forma dura nos critérios estabelecidos para análise de risco, que tomam como base um conjunto de garantias que estão além das possibilidades dos empreendimentos. Assim, muitas vezes são negados às cooperativas os recursos para formar capital de giro, para investimentos em máquinas,

instalações e até mesmo para a modernização do processo produtivo, de trabalho e gestão. Dessa forma, a ausência de linhas de crédito e financiamentos constitui, sem dúvida, um dos maiores entraves ao desenvolvimento da Economia Solidária no país.

Visando ao fortalecimento e desenvolvimento de suas filiadas, possibilitando que as cooperativas e empreendimentos tenham acesso a recursos de maneira diferenciada, com exigências compatíveis a suas possibilidades e que resultem na geração de trabalho, renda,

desenvolvimento social e no seu próprio fortalecimento, a UNISOL Brasil criou, em maio de 2006, a UNISOL Finanças.

“A UNISOL Brasil, na época da fundação, não tinha recursos sequer para o pagamento de técnicos”, lembra Renata Sanchez, gerente da entidade. “Hoje, a UNISOL Finanças é um importante instrumento para o atendimento das necessidades dos empreendimentos associados à UNISOL Brasil”.

A UNISOL Finanças é uma associação civil sem fins lucrativos, de âmbito nacional, de natureza democrática, cujos fundamentos são: o compromisso com a defesa dos reais interesses da classe trabalhadora, a melhoria das condições de vida e de trabalho das pessoas, a eficiência econômica e o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira, com base nos valores da democracia e da justiça social. Seu objetivo é promover a experimentação, não lucrativa, de novos modelos socio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito, de acordo com o previsto pela Lei 9.790, de 23 de março de 1999.

A UNISOL Finanças só cumprirá seu papel, de fato, se o volume de recursos que con-

seguir captar for o necessário e suficiente para o conjunto de cooperativas e empreendimentos filiados. Para tanto, a entidade trabalha para ampliar o número de participantes, os quais, para participar da constituição do Fundo Rotativo e ter direito de acesso ao crédito, devem contribuir com uma cota proporcional ao seu faturamento.



Renata Sanchez, Gerente da UNISOL Finanças.

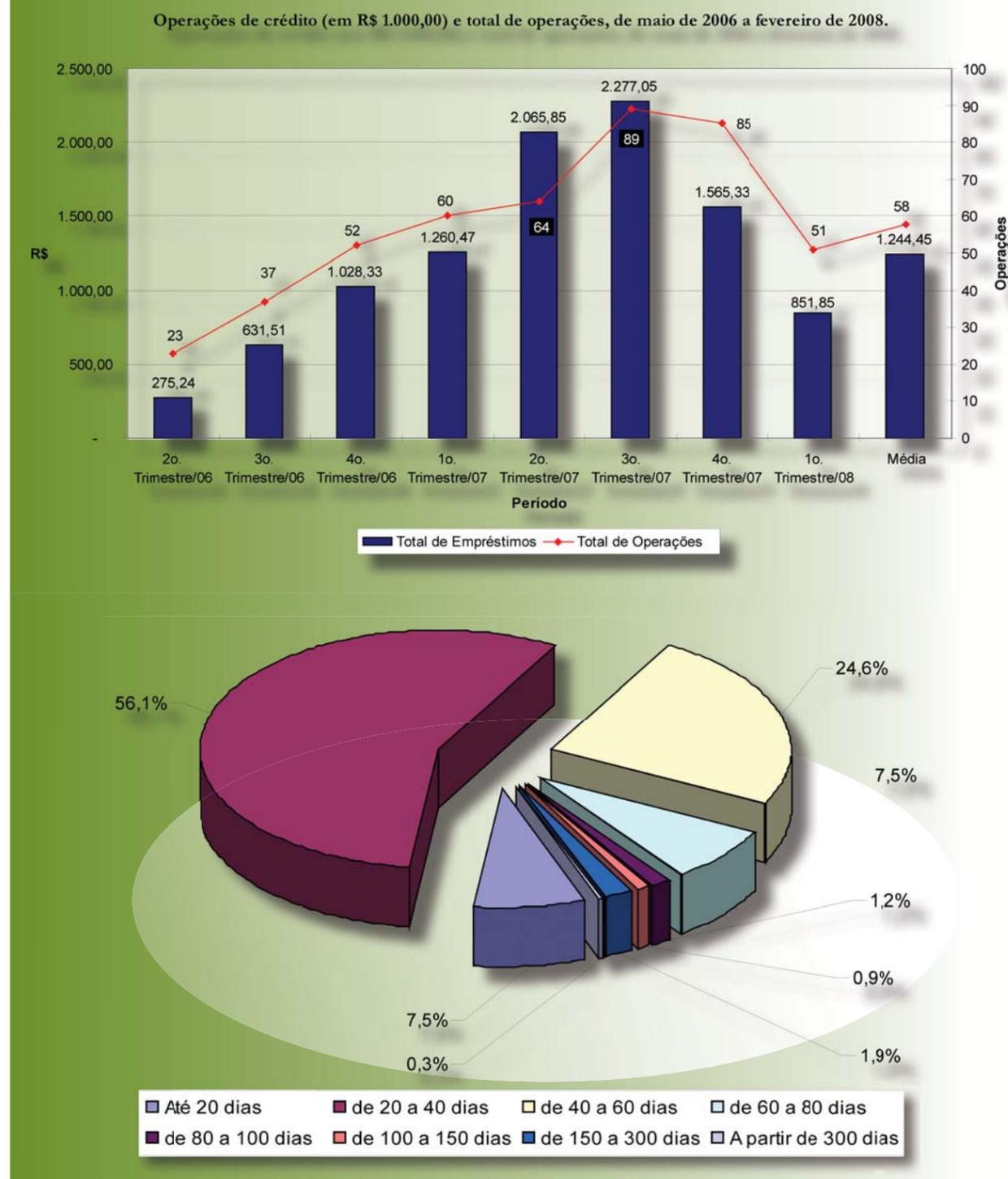
Hoje a UNISOL Finanças possui uma carteira de mais de R\$ 2,5 milhões, beneficiando mais de 850 cooperados, de 15 cooperativas, com uma taxa de inadimplência de menos de 3% da carteira total. O Fundo Rotativo é composto por recursos de instituições internacionais (Itália e Espanha), empréstimos de entidades

parceiras e contribuições dos associados. Já foram efetuadas mais de 15 mil operações e, segundo Renata Sanchez, para a liberação do financiamento as cooperativas têm de estar em dia com a contribuição de 1% sobre a folha de retiradas para a UNISOL Brasil.

“O valor do crédito é aprovado de acordo com o faturamento do empreendimento. Para as cooperativas de pequeno porte fornecemos, por exemplo, crédito de R\$ 4 mil, em 20 parcelas de R\$ 200,00 + juros e TAC”, explica Renata Sanchez. Para aprimorar os serviços, explica Renata, a UNISOL Finanças está investindo R\$ 100 mil em programa de capacitação de agentes de crédito, em parceria com a Fundação Banco do Brasil. “Esses agentes atuarão em todo o país, prestarão assessoria aos empreendedores e avaliarão se o projeto apresenta condições para receber o financiamento, fornecendo subsídios para viabilizá-los”.

A UNISOL Finanças busca o apoio de outras entidades que acreditam na Economia Solidária para aumentar o Fundo Rotativo e conseguir ajudar um maior número de cooperativas e entidades e, logo, um maior número de trabalhadores e trabalhadoras, possibilitando a esses empreendimentos o apoio financeiro necessário para um crescimento sustentável.

Os gráficos a seguir representam o crescimento da UNISOL Finanças em montante de empréstimos desde o início das operações (gráf. 1)\* e o percentual de operações por prazo de vencimento (gráf. 2)\*.



Base de dados UNISOL Finanças. (Elaboração própria)

A entidade vem mantendo diálogo com outros órgãos oficiais, como o BNDES, dentro do PMC (Programa de Microcrédito), buscando alternativas para a captação de fundos e redução de suas taxas.

A UNISOL Finanças foi habilitada pelo Ministério do Trabalho e Emprego a operar com o Microcrédito Produtivo Orientado, que instituiu o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO, cujo objetivo é o atendimento das necessidades financeiras

de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte. Essa habilitação dá à instituição a condição de negociar com agentes operadores de fundos de microcrédito com taxas diferenciadas.

Com a UNISOL Finanças, a Economia Solidária ganha um importante instrumento na busca do crescimento e do desenvolvimento sustentável das cooperativas e dos empreendimentos, melhorando, assim, as condições de trabalho e renda dos trabalhadores, além de gerar novos postos de trabalho.■

### *Informações Importantes*

#### **Para se associar à UNISOL Finanças é necessário:**

Ser filiado à UNISOL Brasil;

Contribuir com o Fundo Rotativo, no mínimo R\$ 200,00, dependendo do faturamento – Contribuição única – Parcelada em até 10 vezes (10 parcelas de R\$ 20,00).

#### **Modalidades de operação:**

Empréstimos (recursos para capital de giro);

Empréstimo (garantia de recebíveis/ contratos – troca de duplicatas);

Aporte de investimento (para aquisição ou modernização de equipamento/infra-estrutura).

#### **Encargos Financeiros: 1,9% ao mês**

Taxa de Abertura de Crédito (TAC)

0,5% - vencimentos em até 45 dias

1,2% - vencimentos acima de 45 dias

Em casos de atraso no pagamento, será cobrada multa de 2,0% (dois por cento), mais juros diários no percentual de 0,10% ao dia.

